

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL
HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS: CULTURAS E PODERES

KELLY ARAÚJO RODRIGUES

**OS NOVOS PRETOS DO SANTO ANTÔNIO: Implicações do retorno de
remanescentes urbanizados à comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos
(Grajaú/MA) - 1979 a 2012**

**SÃO LUÍS
2021**

KELLY ARAÚJO RODRIGUES

**OS NOVOS PRETOS DO SANTO ANTÔNIO: Implicações do retorno de
remanescentes urbanizados à comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos
(Grajaú/MA) - 1979 a 2012**

Trabalho apresentado ao Mestrado em História Social:
História e Conexões atlânticas: Culturas e Poderes, do
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal do Maranhão, como exigência para a obtenção de
aprovação em Exame de Qualificação de Pesquisa.

Orientador: Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira.

**OS NOVOS PRETOS DO SANTO ANTÔNIO: Implicações do retorno de
remanescentes urbanizados à comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos
(Grajaú/MA) - 1979 a 2012**

Trabalho apresentado ao Mestrado em História Social:
História e Conexões atlânticas: Culturas e Poderes, do
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal do Maranhão, como exigência para a obtenção de
aprovação em Exame de Qualificação de Pesquisa.

Orientador: Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira – UFMA / PPGHIS (Orientador)

Prof^a Dr^a. Soraia Sales Dornelles - UFMA/PPGHIS (Avaliador interno)

Prof. Dr. José Maria Vieira de Andrade – UFPI / HIS (Avaliador externo)

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Araujo Rodrigues, Kelly.

OS NOVOS PRETOS DO SANTO ANTÔNIO: : implicações do retorno de remanescentes urbanizados à comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos Grajaú/MA - 1979 a 2012 / Kelly Araujo Rodrigues. - 2021.

90 p.

Orientador(a): Josenildo de Jesus Pereira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Quilombos. 2. Maranhão. 3. Identidades. 4. Santo Antonio dos Pretos. I. de Jesus Pereira, Josenildo. II. Título.

Dedico essa dissertação em memória de minha vó Ana Luísa Ribeiro dos Santos (*in memoriam*), eterna matriarca dos novos pretos do Santo Antônio.

Aos meus antepassados que lutaram para que eu chegasse até aqui.

À minha mãe Sofia dos Santos Araújo que nunca desistiu de mim, obrigada por me ensinar que a Educação era a única maneira de nós mudarmos nossa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Falar em agradecimento diante da finalização dessa etapa traz para mim uma série de sentimentos, especialmente diante de mais de 02 anos tão intensos, onde uma pandemia mundial mudou tantas vidas, inclusive a minha mas ainda assim agradeço a Deus e a espiritualidade por tudo que vivi e aprendi.

Quando ingressei na Universidade em 2011 no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Geografia, eu entrei com a esperança de através da minha pesquisa visibilizar a minha Comunidade Santo Antônio dos Pretos, não foi fácil mas consegui terminar a graduação e foi nutrindo em mim o desejo de pesquisar dentro da minha área do coração: A História.

Em 2018 decidi me aventurar na seleção de Mestrado do PPGHIS /UFMA, foram dias bastante complicados; eu sem condições financeiras, contei com a ajuda da Daiana, uma amiga da graduação que me emprestou seu notebook, a minha inscrição foi paga pela minha vó materna Ana Luísa, que não pensou duas vezes em tirar um pouco do seu aposento que eu pudesse realizar meu sonho.

Nas vésperas das etapas da seleção, tive que conciliar estudo com os cuidados da minha vó na UTI, por pouco eu não desisti, ela não deixou. Com lágrimas nos olhos eu fui para São Luís, ficando na casa de Victor Fernandes e Victor Silper, no qual sem esse suporte logístico, eu teria muitas dificuldades.

Não posso me esquecer da comadre Tayanná, uma das minhas maiores referências juntamente com o Darlan quando penso no “tipo de historiadora que eu quero ser”, considero nosso ofício um ato político e através dele, pude vislumbrar que a História era sim o meu lugar.

Passada as etapas, passei em 3º lugar e lá foi eu de novo, andava pela cidade de bike vendendo uma rifa a R\$ 3,00 com prêmios doados por amigos e conhecidos que se sensibilizaram com a minha história – eu, uma remanescente quilombola, filha de uma zeladora que com muita dificuldade criou a mim e meus 06 irmãos, poderia ser a primeira da família com Mestrado – nessa etapa eu contei com a Jéssica Sales, Laynara e Thacila Monteiro.

Nessa saga de vendas, um exército foi essencial, no qual tive a ajuda de Denise, Márcio Lucas, Makson e Tailane que se somaram comigo e juntos conseguimos arrecadar um valor considerável que me deu condições de me mudar e conseguir me manter no primeiro mês em São Luís.

Também tive o incentivo de muita gente que faço questão de citar: Meus amigos Aline, Cyntia, João, Joselma, Samuel e Tel, que sem dúvida são como uma família para mim. Também gostaria de citar Jake e Patrícia Carlos, que de maneira extremamente solidária, me ajudaram não apenas comprando pontos da minha Rifa mas me apresentando possibilidades para aprender a viver na capital.

Não posso deixar de mencionar a minha querida amiga Isabela que foi uma das minhas principais incentivadoras, sua amizade e empatia foram um sopro de ânimo nos momentos que eu achei que não ia conseguir nem passar da primeira fase da seleção.

Nesse momento tenho muito a agradecer a Katiusia Pinheiro, que me convidou para passar uma temporada em seu apartamento, o que foi crucial para a minha adaptação que não foi fácil.

Em pleno 1º semestre de Curso, recebi a notícia que minha vó estava com câncer, um baque que me modificou completamente; era difícil manter a concentração nas aulas, mas ainda bem que eu tinha a Milca Salém comigo, que sem dúvida foi meu maior presente no Mestrado, sua amizade tornou o fardo menos pesado e de quebra ainda ganhei Rubi e Mali na minha vida.

Também tive colegas de turma que muito me inspiraram, como o Carlos André – um gênio que se subestima demais, a Evinha e a Tayná, como aprendi com essas potências, espero muito que nossos caminhos se cruzem novamente.

Não posso esquecer dos incríveis professores que tive durante o Mestrado, no qual agradeço principalmente os professores César Castro, Ítalo Santirocchi, Marcos Baccega, Victor Coelho.

Agradeço também a tia EVA, minhas primas Ana Vitória e Ana Carolina que aqui em São Luís me ajudaram a diminuir a saudade de casa.

Faço um agradecimento especial ao Deputado Zé Carlos, Claudinha, Lilia, Patrícia Carlos e Shirley, esse gabinete se tornou minha 2ª casa e nunca vou agradecer o suficiente o que fazem por mim todo dia; por confiarem na minha atuação e entenderem minhas ausências, principalmente nesses últimos 02 meses, sei que a realização desse meu sonho é um pouco do sonho de vocês também.

Na vida pessoal chegou Gleydson e balançou tudo, obrigada meu crush, meu amor, por me apoiar em todos os meus projetos, por ficar dizendo o tempo todo que não posso parar, que tenho que tentar o Doutorado; obrigada por ficar acordado comigo até tarde enquanto eu escrevo, só para que eu não fique sozinha.

Em 2020 com o falecimento da vó e a pandemia, minha vida acadêmica passou por grandes turbulências, mas ainda assim considero exitosa minha passagem pelo Programa de Pós-Graduação em História.

Nesse sentido, deixo meu agradecimento ao apoio dado pela Prefeitura Municipal de Grajaú, especialmente o prefeito Mercial Arruda que se tornou um importante aliado nesse processo, dando apoio especialmente no meu traslado entre Grajaú e São Luís.

Gostaria de deixar um agradecimento especial aos meus irmãos Guilherme, Keilla, Marcos, Matheus, Martha e Silvana e meu cunhado Sandro que ficaram com a mãe enquanto o mundo desabava e que entenderam a necessidade de eu estar longe; aos meus tios, tias, primos, primas, sobrinhos e sobrinhas que cuidaram de todos os detalhes para que a vó pudesse ainda em vida, realizar um dos seus maiores sonhos: Voltar ao Santo Antônio, sinto que a Dissertação é a minha carta de amor para vocês, contando ao mundo sobre o quanto somos fortes e unidos, mesmo diante das dificuldades que se assolam sobre nós.

Faço uma menção especial aos meus “pretos do Santo Antônio”: Tia Júlia / Tio Moacir; Tio Francisco / Cleonice, tenho muito orgulho de lutar ao lado de vocês por melhores condições de vida para a Comunidade, especialmente diante do atual desgoverno, que antes mesmo de ser leito já demonstrou ser um inimigo dos povos e comunidades tradicionais.

Por fim, agradeço ao meu orientador Josenildo de Jesus Pereira, sei que dei trabalho, mas agradeço imensamente a paciência e compreensão; agradeço também a Banca nas pessoas dos professores José Maria Andrade e Soraia Dornelles por se disponibilizarem a avaliar este trabalho.

É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. [...] A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou. (BEATRIZ DO NASCIMENTO, 1989, s.p.)

**OS NOVOS PRETOS DO SANTO ANTÔNIO: Implicações do retorno de
remanescentes urbanizados à comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos
(Grajaú/MA) - 1979 a 2012**

RESUMO

A comunidade Santo Antônio dos Pretos surgiu a partir da compra da terra denominada “Fazenda Santo Antônio”, situada no município de Grajaú-MA pela matriarca Inácia Maria de Araújo, ex escravizada que a comprou de fazendeiro da região chamado Herculano Barros em 30 de maio de 1921 pelo valor de 40 mil réis - uma área que, atualmente, corresponde a 3.700 hectares, devido a conflitos iniciados em meados da década de 1970, uma parcela significativa dos moradores sai da localidade, retornando apenas a partir de 2005 e trazendo com isso o processo de retomada do território pelos remanescentes e a luta pela certificação de titulação. Em vista deste cenário, nesta dissertação apresentamos a nossa compreensão acerca do perfil das relações construídas entre moradores que permaneceram e os que retornaram, tendo como metodologia a coleta de relatos orais e a pesquisa de documentos cartoriais relativos a esta terra, bem como, documentos da associação, imagens, dentre outros; porque nos possibilitam fazer as configurações sócio históricas a partir do retorno, em 2005, de remanescentes urbanizados à comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos, em Grajaú-MA, buscando analisar a relação entre os que retornaram e os moradores que permaneceram, bem como as novas configurações culturais, territoriais, religiosas e familiares que com o retorno dos remanescentes urbanizados.

Palavras-chave: Santo Antônio dos Pretos-Grajaú-MA; Quilombos; Identidades.

THE NEW PRETOS DO SANTO ANTÔNIO: Implications of the return of urbanized remnants to the quilombola community Santo Antônio dos Pretos (Grajaú / MA) - 1979 to 2012

RESUME

The Santo Antônio dos Pretos community emerged from the purchase of land called “Fazenda Santo Antônio”, located in the municipality of Grajaú-MA by matriarch Inácia Maria de Araújo, a former slave who bought it from a farmer in the region named Herculano Barros on May 30th of 1921 for the value of 40 thousand réis - an area that currently corresponds to 3,700 hectares, due to conflicts that started in the 1970s, a small portion of the residents leaves the locality, returning only from 2005 and bringing with it the process of retaking the territory by the remnants and the struggle for certification of title.

In view of the scenario, in this dissertation we present our understanding of the profile of the relationships built between residents who remained and those who returned, using the methodology of collecting oral reports and researching notarial documents relating to this land, as well as association documents, images, among others; because they enable us to make socio-historical configurations from the return, in 2005, of urbanized remnants to the Santo Antônio dos Pretos quilombola community, in Grajaú-MA, seeking to analyze the relationship between returnees and residents who remained, as well as the new configurations cultural, territorial, religious and family that with the return of urbanized remnants.

Keywords: Santo Antônio dos Pretos-Grajaú-MA; Quilombos; Identities.

ÍNDICE DE IMAGENS

IMAGEM 1: IMAGEM FEITA POR DRONE DA COMUNIDADE.....	32
IMAGEM 2: DESENHO DA CASA-GRANDE	35
IMAGEM 3: MAPA GENEALÓGICO DA FAMÍLIA.....	35
IMAGEM 4: ALGUNS FILHOS E NETOS DE IAIÁ INÁCIA.....	36
IMAGEM 5: DONA ANA LUIZA RIBEIRO DOS SANTOS.....	37
IMAGEM 6: SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS ARAÚJO	37
IMAGEM 7: SR. JOSÉ MARIA DOS SANTOS ARAÚJO.....	38
IMAGEM 8: SR ^a JÚLIA DOS SANTOS ARAÚJO.....	38
IMAGEM 9 – SR ^a SOFIA DOS SANTOS ARAÚJO.....	39
IMAGEM 10: FILHOS VIVOS DE ANA LUÍSA E JOÃO.....	48
IMAGEM 11: CULTO EVANGÉLICO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTO ANTÔNIO DOS PRETOS EM 2017	54
IMAGEM 12: FUNERAL DO SENHOR PLÁCIDO PAULO DE ARAÚJO EM 2016	54
IMAGEM 13: MAPA DO TERRITÓRIO DESENHADO POR DEUSIMAR.	55
IMAGENS 14 e 15: RESIDÊNCIAS SITUADAS NAS PROXIMIDADES DO RIACHO FACA.....	56
IMAGEM 16 e 17: RUÍNAS DA ANTIGA SEDE E LOCAL ONDE FOI SEPULTADA IAIÁ INÁCIA.....	57
IMAGENS 18 E 19: BATEÇÃO DE ARROZ EM 2018.....	61
IMAGEM 20: HORTA FAMILIAR DE CLEONICE E FRANCISCO	62
IMAGEM 21: RAIMUNDO NONATO, DEUSENIR, MARIA DO ROSÁRIO E DEUSIMAR.....	64
IMAGENS 22 E 23: RESIDÊNCIA DE DEUSIMAR E FAMÍLIA	65
IMAGEM 24: ÚLTIMA MISSA REALIZADA NA COMUNIDADE.....	67
IMAGENS 25 e 26: DESPACHO E INTIMAÇÃO JUDICIAL.....	70

LISTAS DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1: COMUNIDADES AUTODECLARADAS COMO QUILOMBOLAS NO CENTRO-SUL DO MARANHÃO	28
TABELA 2: INFORMAÇÕES DE MUNICÍPIOS COM COMUNIDADES QUILOMBOLAS	28
TABELA 3: POPULAÇÃO TOTAL E ESCRAVA DA REGIÃO DE PASTOS BONS.....	30
TABELA 4: NÚCLEOS FAMILIARES DA COMUNIDADE ANTES DO ÊXODO	41
TABELA 5: RETORNADOS À COMUNIDADE ENTRE 2008 E 2012	52
TABELA 06: PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTO ANTÔNIO DOS PRETOS E O TEMPO DE MANDATO.	58

LISTA DE SIGLAS

CCN	Centro de Cultura Negra do Maranhão
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA	Instituto De Colonização e Terras do Maranhão
PPGHIS / UFMA	Programa de Pós Graduação em História / Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 BREVE PANORAMA DA QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL E NO MARANHÃO E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE SANTO ANTONIO DOS PRETOS EM GRAJAÚ-MA	23
1.1 A questão quilombola e seus aspectos jurídico-legais.....	25
1.2 A ocupação para fins de colonização no espaço sul maranhense e sua relação com o surgimento da Comunidade Santo Antônio dos Pretos, em Grajaú.....	29
1.3 A trajetória de Iaiá Inácia e a formação da comunidade Santo Antônio dos Pretos.....	32
1.4 A vida antes do exílio.....	37
1.5 A Comunidade e os conflitos territoriais	45
2 O RETORNO À COMUNIDADE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA DOS “NOVOS PRETOS DO SANTO ANTÔNIO”	49
2.1 O novo desenho da ocupação territorial com os retornados.....	55
2.2 A organização política de luta pela terra com a chegada dos remanescentes urbanizados	58
3 O RETORNO DOS REMANESCENTES URBANIZADOS SOB O OLHAR DOS QUE PERMANECERAM	63
3.1 “Nós somos a raiz” – As relações de parentesco e pertencimento dos que ficaram	63
3.2 Uma análise de possíveis conflitos e cisões.....	68
CONSIDERAÇÕES.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXOS	81
ANEXO A - Certidões de compra e venda.....	81
ANEXO B - Reunião de fundação da Associação.....	83
ANEXO C - Primeira página do Estatuto	83
ANEXO D - Produção de farinha	84
ANEXO E - Documentos apresentados por Deusimar	85
ANEXO F - Convocatória de reunião mensal	86
ANEXO G - Cópia do decreto 4.887	87
APÊNDICES	88
APÊNDICE A - Registro da conversa informal com José Maria e Sofia.....	88
APÊNDICE B - Local onde estão sendo construídos a escola e o posto de saúde.....	89
APÊNDICE C - Ladeira da Ponta Vermelha.....	89

INTRODUÇÃO

O tema-problema desta pesquisa tem uma relação direta com a minha trajetória de vida. Aos 12 anos o termo “Quilombo” adentrou em minha rotina familiar e trouxe para minha avó, mãe e tios lembranças de um passado que estava durante muito tempo adormecido.

Minha família foi um dos primeiros núcleos que saiu da Comunidade Santo Antônio dos Pretos, devido aos conflitos ocorridos em meados da década de 1970, temerosos por suas vidas, meus avós, tios e mães deixaram seu lote na Comunidade e o que restou foram apenas a memória, no qual nas reuniões familiares e conversas do cotidiano, vez ou outra ouvia falar sobre o “Santo Antônio dos Pretos”, sobre as missas, as festas e as aventuras dos meus tios e mãe enquanto seus pais trabalhavam nas lavouras.

Também vive a oportunidade de conhecer 03 netos de Iaiá Inácia (Davi, Plácido e Raimundo) e deles ouvi muitas histórias sobre os conflitos existentes na comunidade.

Em 2005, através da descoberta de meu tio Plácido Paulo de Araújo, irmão de meu vô, João Mendes de Araújo, nós ficamos sabendo que nosso passado também estava relacionado a uma comunidade negra rural, cujos moradores, a partir de invasões por parte de fazendeiros, se viram obrigados a migrarem para outras localidades do entorno ou distantes. Mas, de algum tempo pra cá, partes desses os familiares retornaram à comunidade e hoje se encontram em luta pela posse da terra.

O primeiro passo foi a organização de uma Associação, para que os moradores tivessem representatividade jurídica e, assim, pudessem retomar o seu direito à terra. Para tanto, também, eles passaram a defini-la como “comunidade remanescente de quilombo” dando entrada na Fundação Cultural Palmares e no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – INCRA/MA, para a titulação da terra como comunidade quilombola.

Em 04 de novembro de 2010, com base na Portaria nº 135, de 27 de outubro de 2010, expedida pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade foi certificada como autodeclarada remanescente de quilombo. Todavia, o processo para a titulação da terra ainda está em tramitação.

A minha adolescência foi vivida nesse contexto de luta e marcada pelo convívio com a minha vó Ana Luísa Ribeiro dos Santos, uma das principais lideranças da comunidade, Mesmo com a idade avançada, ela decidiu retornar à Comunidade e passar seus últimos anos de vida no Santo Antônio, foi presidente da associação e se tornou a matriarca da localidade e

através dela, eu pude me inserir mais nas decisões da Associação e me somar à luta pela titulação da terra.

Ao entrar na universidade, algumas questões envolvendo a vida no Santo Antônio antes e depois do êxodo suscitaram algumas inquietações que me influenciaram a querer fazer o resgate da história de minha família. Esse processo começou com o meu trabalho de pesquisa na Graduação (2011-2017) em Licenciatura em Ciências Humanas, com Habilitação em Geografia, intitulado “IDENTIDADE E TERRITÓRIO: *A construção da autoidentificação quilombola na comunidade Santo Antônio dos Pretos em Grajaú-MA*”¹. Neste trabalho, analisei o meu núcleo familiar na perspectiva de entender como os membros percebiam o seu laço identitário a partir do momento em que se articularam para que seu território fosse protegido. Para tanto, eu acionei,

[...] categorias analíticas, elaboradas como ferramentas teóricas para compreender essas realidades, e categorias nativas, aquelas adotadas pelos Quilombos e quilombolas: entre o conceito e a politização semântica próprios camponeses para se autodefinir, para se diferenciar de outros, para enfrentar situações de conflito nas quais se vêem ameaçados, principalmente em seus direitos territoriais².

Com base nas experiências obtidas durante a Graduação, novas inquietações foram surgindo, em especial as implicações do retorno de remanescentes urbanizados à comunidade, ao considerar as transformações ocorridas na vida de quem voltou em relação à vida de quem continuo a viver na comunidade e, por conseguinte, os possíveis (re) ajustes que se fizeram necessário reconfigurando estética e a vida cotidiana de antigos e novos moradores do quilombo Santo Antônio dos pretos.

A partir destas inquietações formulei a presente pesquisa de Mestrado intitulada – “*OS NOVOS PRETOS DO SANTO ANTÔNIO: Implicações sóciohistóricas do retorno de remanescentes urbanizados à comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos (Grajaú/MA) – 1979 a 2012*”.

A problemática contida no título está relacionada com a própria vivência dos remanescentes urbanizados, no qual o conceito de “Remanescentes” é utilizado pelos moradores da Comunidade para se referir aos parentes que não moram na localidade,

¹O Trabalho de conclusão de curso foi apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão - Campus Grajaú. ARAÚJO, Kelly dos Santos. **IDENTIDADE E TERRITÓRIO: A construção da autoidentificação quilombola na comunidade Santo Antônio dos Pretos em Grajaú-MA**. Grajaú: Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Geografia/UFMA, 2017.

²ANDRADE, Maristela Paula. **De pretos, negros, quilombos e quilombolas**: notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos. Boletim da Rede Amazônica, ano 2, n. 1, mar. 2003.

enquanto “urbanizados” foi o conceito que decidi utilizar para me referir aos remanescentes que ao sair da Comunidade, foram morar na cidade de Grajaú-MA.

A fala de Sofia dos Santos Araújo (2021), minha mãe, realça bem essa questão da construção de identidades ao sublinhar que “era assim que chamávamos os Pretos Velhos do Santo Antônio dos Pretos, não por preconceito e sim uma forma especial de tratarmos todos eles da 1ª e 2ª geração, somos a 3ª geração e, também, seremos chamados assim: Os pretos velhos do Santo Antônio”.

O recorte temporal diz respeito ao período em que uma parcela dos moradores se mudou para a cidade de Grajaú-MA e ao período em que à comunidade chegaram novas 14 famílias para residir e com base nesse recorte, a pesquisa objetivou justamente abordar o retornos dos remanescentes à Comunidade Santo Antônio dos Pretos (Grajaú-MA) e suas implicações na vida dos moradores que já residiam ali, buscando compreender ao mesmo tempo, como estes se fortaleciam coletivamente a partir da construção de uma identidade quilombola.

Neste contexto, o problema central desta pesquisa são os arranjos sociais decorrentes desse processo de exílio/retorno sob o involucro da memória coletiva que se estabelece entre moradores e retornados ao quilombo Santo Antônio dos Pretos, animados pela noção de pertencimento à mesma.

Diante do problema central, a pesquisa se propôs a analisar trajetória sóciohistórica em torno do surgimento da comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos e os possíveis arranjos familiares, religiosos e sociais que surgiram a partir do retorno dos remanescentes urbanizados; discutir acerca das determinações do êxodo ocorrido em 1979 e as possíveis novas configurações sócio-históricas surgidas a partir do retorno em 2005 dos remanescentes urbanizados à comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos, em Grajaú-MA; analisar as vivências no “exílio” dos retornados e a relação que se estabeleceu entre os moradores de Santo Antônio dos Pretos e os retornados à comunidade em seu processo organizacional.

Para dar conta deste problema é necessário que se analise as especificidades sociohistóricas de moradores que permaneceram e dos novos regressados e, por extensão, os efeitos desse encontro para que se compreenda os arranjos sociais que demandaram pela (res)significação do território em face da relação familiar e social desenvolvida entre os *pretos antigos* – conceito utilizado pelos moradores para identificar quem permaneceu na comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos, e dos *novos pretos* – conceito utilizado pelos moradores e remanescentes para se autoidentificarem como quilombolas, observando como esse transcurso temporal condicionou uma série de situações complexas.

Para a construção da pesquisa optamos, a partir do campo da História, desenvolver o processo de análise baseada nos conceitos de identidade, território e memória considerando, conforme destaca Michel de Certeau que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”.³ Ou seja, nesta proposta de estudo, não se deve ignorar que a pesquisa, antes de ser apenas histórica é do campo das Ciências Humanas, necessitando de articulações conceituais e metodológicas com as referidas disciplinas.

Nesse aspecto, evidenciamos a identidade como a maneira com a qual sujeito se identifica com diversos marcadores culturais que o fazem construir uma identidade sobre si. Porém, a depender das situações sociais, pode recorrer a um marcador ou a outro, que seja mais estratégico às relações de poder nas quais está imerso. Logo, as ramificações identitárias são variadas, assim como são variadas as relações de poder nas quais estamos imersos, tornando o processo de construção de identidade complexo.

Tânia Swain⁴ afirma que a identidade vem se constituindo como nômade, heterotópica, e já não é possível situá-la estagnada em um lado de um suposto binarismo de isto ou aquilo. Nesse sentido, a identidade não é unilateral, ela é desenvolvida a partir da própria complexidade das relações sociais.

Castells⁵ por sua vez, entende por identidade “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”. Assim, o sujeito possui identidades múltiplas, que dialogam entre si no processo de luta e manejo.

No sentido dessa relação identidade-território, a concepção de território está intimamente relacionada com a questão política, cultural e econômica de determinados segmentos sociais, no sentido de evidenciar o controle individual ou coletivo sob uma área delimitada. De origem latim, “*territorium*”, vem do vocábulo terra, e seria um pedaço de terra que era apropriado com base em limites político-administrativos estabelecidos por uma jurisdição, entretanto, destaca-se que no processo de ocupação espacial, são definidas

³CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. -ed 2. Ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. P. 66

⁴ SWAIN, Tania Navarro. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

⁵ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. P. 22

diferentes formas de organização social e política, bem como a identidade de um segmento ou povo. (COSTA; ROCHA, 2010)⁶.

O território tem relação com diferentes relações de poder, através da apropriação de um espaço geográfico por um grupo de pessoas ou uma organização, esse processo de se apropriar do espaço e construir no mesmo diferentes formas de organização social e política, define ainda a identidade de um segmento ou povo. Nesse sentido, ele possui suas subjetividades e simbolismos expresso no comportamento de seus moradores constituintes decorrentes da sua ocupação e uso, tal como como sublinha Milton Santos ao discorrer acerca do que ele chama de “território usado”.

(...) o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 08)⁷.

Claude Raffestin⁸, geógrafo francês, aponta para uma ressignificação desse conceito, na perspectiva de que sua ideia de território se estabelece o território com base em uma relação de poder que modifica o espaço, sendo este “(...) um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”.⁹

É importante compreender que o território se objetiva baseando-se em relação concretas e abstratas, dialogando a todo momento com o poder e a dominação que podem surgir em um espaço definido, dialogando constantemente com os interesses coletivos ou particulares dentro de um grupo. É nesse aspecto que se estabelece a territorialidade a partir do seguinte viés:

(...) de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158)¹⁰.

⁶ COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. GEOGRAFIA: CONCEITOS E PARADIGMAS – APONTAMENTOS PRELIMINARES. Campo Mourão, PR: **REVISTA GEOMAE**- Geografia, 2010.

⁷ SANTOS, Milton. **Dinheiro e Território**. Universidade São Paulo, 1999.

⁸ RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

⁹ Id. Ibid.

¹⁰ Id. Ibid.

A territorialidade se apresenta nas relações concretas de cunho material e simbólico expressando interesses coletivos e ou particulares no interior de uma coletividade configurando a sua memória para o futuro.

É nesse sentido que o processo de reconstrução da memória caminha com a ideia de territorialidade, partindo da relação dialética entre o passado e o presente porque conforme sublinha Ferreira¹¹, a memória como uma construção do passado, se pauta em emoções e vivências parte dos que lembram sob as condições históricas do presente.

Em nossa análise nos apoiamos na proposição de Rousso acerca da memória, para o qual significa “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social nacional”.¹²

Nesse sentido, importa não perder de vista a orientação de Le Goff decorrente da análise que fez da relação entre História e Memória no fazer historiográfico. Nesse procedimento, ele salienta que,

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.¹³

No contexto da comunidade Santo Antônio dos Pretos, os retornados se pautam por uma memória coletiva, mas, por terem saído da comunidade eles construíram outros referentes culturais acerca de si, pondo em xeque os próprios referentes dessa memória coletiva que está relacionada com o convívio anterior ao território, o que demanda outros arranjos sociais no decorrer do processo de retorno, objeto de investigação desta pesquisa.

Conforme Thompson, “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. [...] transformando os ‘objetos de estudo em ‘sujeitos’”¹⁴. Sob esta perspectiva, para a investigação a ser realizada nesta pesquisa se considerou as orientações metodológicas da História Oral, que se caracteriza como um método que utiliza a

¹¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, Tempo Presente e História Oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

¹² ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006). P. 94

¹³ LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990. P. 476

¹⁴ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. P. 137.

entrevista e outros procedimentos que se articulam entre si para o registro de narrativas voltadas às experiências humanas (AMADO; FERREIRA, 2005)¹⁵.

Carla Pinsky (2008) destaca que a História Oral pode ter grande relevância na análise da historicidade de comunidades, em especial no que trata a investigação das genealogias, bem como da tradição oral dessas populações. Outro aspecto destacado envolve pensar sobre a subjetividade em torno da memória, no qual pode haver discrepâncias nos relatos de sujeitos de um mesmo grupo social, todavia, pensa-se que a partir dessas distorções é que pode se compreender melhor as narrativas no contexto do que vem sendo estudado.

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada principalmente partir de fontes orais, haja vista que as fontes escritas acerca da comunidade a ser estudada são escassas, dessa forma, a utilização de depoimentos pessoais dos remanescentes urbanizados e dos moradores que permaneceram na comunidade se torna essencial, considerando que “as narrativas orais fazem parte dos modos de ser, viver e reviver as experiências cotidianas e passadas. É a forma como a memória é compartilhada, como a história do lugar e das pessoas que lá vivem é registrada”.¹⁶.

Com isso, optamos em utilizar as “Histórias de vida” como recurso metodológico para a pesquisa, considerando primeiramente que as vivências dos remanescentes e moradores da Comunidade dialogam com uma determinada temporalidade, cujos acontecimentos de êxodo e retorno tiveram influência decisiva sobre suas trajetórias.

Dessa forma, podemos entender que o método da História de Vida pode ser considerado como:

necessariamente histórico (a temporalidade contida no relato individual remete ao tempo histórico), dinâmico (apreende as estruturas de relações sociais e os processos de mudança) e dialético (teoria e prática são constantemente colocadas em confronto durante a investigação). (BRIOSCHI; TRIGO, 1987, p. 61)¹⁷

Ao trabalhar com as Histórias de Vida, as experiências individuais de retornados e permanentes são evidenciadas como parte da construção social de suas realidades e a oralidade se torna um importante aliado nesse processo, tendo como premissa da existência de “[...] memórias ancoradas em experiências dos que só têm no corpo e em suas formas de

¹⁵ AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Coord.). Usos & abusos da história oral Rio de Janeiro: FGV, 2005.

¹⁶ ALMEIDA, Eliane do Sacramento de; MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. História Oral, comunidade quilombola e preservação da saúde: Narrativas e rememoração. In: _____X Encontro Regional Nordeste de História Oral – História Oral, Educação e Mídias. Salvador-BA: 2015. P. 02

¹⁷ BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena Bueno. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. *Ciência e Cultura*, v. 39, n.7. 119-126, 1987.

comunicação heranças de seus antepassados e marcas de suas histórias”. (ANTONACCI, 2013, p. 17)¹⁸.

A escolha dos remanescentes que participariam da pesquisa se deu pelo critério daqueles que foram morar na cidade de Grajaú na década de 1970 e que se tornaram o núcleo familiar com o maior número de retornados após o êxodo, enquanto a escolha dos moradores que permaneceram se deu justamente por terem sido os únicos ainda vivos que não saíram da localidade.

Diante disso, nesta pesquisa foram realizadas conversas informais, mas partindo de algumas indagações que foram sendo colocadas no decorrer das conversas para instigar os sujeitos da pesquisa. No caso dos retornados, as indagações principais foram: Como era o Santo Antônio na primeira vez que vocês moraram? O que levou a saída da Comunidade? O que os motivou a retornarem?

Já para os moradores que permaneceram, as perguntas que suscitaram as conversas foram: Como era o Santo Antônio antigamente? Como era o convívio com os mais antigos? Como foi a questão da saída dos parentes? O que vocês acham do retorno?

A utilização desse recurso de conversa informal para a coleta de dados foi a alternativa mais viável, considerando que conforme os diálogos foram sendo realizados, as informações eram colocadas pelos participantes de maneira muito natural, não deixando as respostas engessadas.

O diálogo com outras fontes também foi um recurso utilizado na pesquisa, onde trabalhamos com documentos cartoriais relativos à terra, documentos da Associação de Moradores (Estatuto, convocatória das reuniões) e imagens da Comunidade; justamente para uma melhor contextualização dos acontecimentos relatados acerca do êxodo e retorno dos remanescentes, bem como o cotidiano da localidade.

A observação participante era uma das ferramentas que seria utilizada, mas em decorrência da pandemia do Covid-19, se achou por bem suprimi-la e priorizar os relatos orais obtidos através das conversas informais com os moradores que permaneceram na terra durante e após os conflitos na década 1970 e os moradores que saíram da comunidade nesse período e só retornaram a partir de 2005 e as demais fontes citadas acima.

O texto da dissertação foi organizado em três capítulos com os seus subsequentes tópicos.

¹⁸ ANTONACCI, M. A. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2013.

No primeiro capítulo faremos breve histórico das Comunidades Quilombolas no Brasil e no Maranhão e como se deu o processo de formação da localidade Santo Antônio dos Pretos, apontando também as motivações para a saída de alguns moradores na década de 1970.

Para o segundo capítulo, apresentamos os aspectos que resultaram no retorno dos remanescentes urbanizados à comunidade, destacando a questão da territorialidade e da organização política no processo de afirmação identitária dos “novos pretos do Santo Antônio”; neste capítulo, o foco situa-se nos remanescentes urbanizados e suas percepções desse processo de retorno.

Por fim, no último capítulo, evidenciamos o olhar dos moradores que permaneceram sobre o retorno dos parentes, batendo as questões que envolvem as relações de parentesco e pertencimento ao território dos moradores que nunca saíram da comunidade, bem como possíveis conflitos e cisões com os remanescentes.

Espera-se que este trabalho, intitulado – “*OS NOVOS PRETOS DO SANTO ANTÔNIO: Implicações do retorno de remanescentes urbanizados à comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos (Grajau/MA) – 1979 a 2012*” contribua para fomentar importantes questões relativas às comunidades negras rurais no interior do Maranhão e de que maneira estas estão se reorganizando a partir de um termo que durante muito tempo lhes era desconhecido: *QUILOMBOLA*.

1 BREVE PANORAMA DA QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE SANTO ANTONIO DOS PRETOS EM GRAJAÚ-MA.

“Existiu um eldorado negro no Brasil
Existiu como o clarão que o sol da liberdade produziu
Refletiu a luz da divindade, o fogo santo de Olorum
Reviveu a utopia um por todos e todos por um”¹⁹

Nesse capítulo, apresentamos alguns aspectos historiográficos e conceituais que envolvem a questão quilombola, por compreender que o conceito *Kilombo/Quilombo* estabelece importantes discussões, haja vista que seu conceito parte de várias concepções, ligadas diretamente aos vários sujeitos que compunham o Brasil Escravagista (PEREIRA, 2012)²⁰.

Dessa forma, evidencia-se primeiramente que sua origem se dá a partir dos povos bantos, significando “acampamento de guerreiros na floresta, administrado por chefes rituais de guerra”²¹ (NASCIMENTO, 2007, p. 58).²²

Para além deste conceito de Kilombo, ligado essencialmente à uma organização político-administrativa de alguns territórios africanos, no âmbito colonial, o conceito mais conhecido dizia respeito àquele apresentado em 1740 pelo Conselho Ultramarino, no qual, os quilombos ou mocambos correspondiam a “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles”.²³

Assim, esse conceito segundo Almeida (1999)²⁴ relaciona-se à noção de território como *quilombo* ligado à fuga de escravos, ao isolamento geográfico desses locais a fim de impedir que estes fossem encontrados – *ranchos*, isto é, um local determinado para o esconderijo e o pilão, ligada à transformação do arroz colhido em alimento, com o estabelecimento de uma agricultura não voltada para os interesses dos senhores, mas para o autoconsumo.

¹⁹ GIL, Gilberto. **Quilombo, o Eldorado Negro**. Composição de Gilberto Gil e Waly Salomão.

²⁰ PEREIRA, Josenildo de J. . **As identidades quilombolas contemporâneas**: nuances das experiências do Maranhão. Embornal: revista eletrônica da ANPUH-CE , v. III, p. 1-23, 2012.

²¹ NASCIMENTO Beatriz. A terra é o meu quilombo. 2007. In: RATTI, Alex. **Eu sou Atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

²² Tal definição também é preceituada por Munganga , quando diz que “o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantas (kilombo, portuguêsado: quilombo)” (MUNANGA, 1996, p. 58).

²³ ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Os quilombos e as novas etnias”. In: LEITÃO, Sérgio (Org.) **Direitos territoriais das comunidades quilombolas rurais**. São Paulo: ISA, 1999.

²⁴ Ibidem.

Sobre a indefinição do conceito de Quilombo, Beatriz Nascimento (2018) reflete que, a mesma, os historiadores precisam ampliar seu conceito, cujas variações também estão sendo modificadas com base no imaginário histórico-social. No tocante ao aspecto histórico, destaca-se conforme Gomes que:

o primeiro exemplo histórico de repressão a mocambos no Brasil ocorre na Bahia em 1575 por ordens do então governador-geral Brito de Almeida. Na década de 1580 ‘notícias dão conta da existência de mocambos na região meridional do Recôncavo baiano (...) Já no início do século XVII, mais propriamente em 1601, muitos escravos “fogem dos engenhos e propriedades” e se aquilombam no Itapicuru. Estes quilombolas situados próximos a Capitania de Sergipe del Rei dificultavam, inclusive, o caminho entre esta Capitania e a da Bahia (GOMES, 1995, p. 28).

Esses modelos de organização acabaram se expandindo para outras regiões, mesmo para aquelas com pouco contingente de escravizados, porque sinalizava para uma organização que não estava ligada apenas à fuga da escravidão, mas, também a possibilidade de terem seus próprios territórios.

Em relação ao processo de formação de quilombos no Maranhão, no tempo da escravidão, RÖHRIG-ASSUNÇÃO²⁵ sublinha tratar-se de um “fenômeno endêmico”, de comunidades negras de escravizados no início do século XVIII. Mas, a esse respeito Almeida destaca que os quilombos maranhenses foram constituídos de diferentes formas, dentre as quais vale elencar a doação de terras para famílias de ex-escravizados; a concessão de terras pelo Estado àqueles que prestaram serviços na Guerra da Balaiada (1838-1841), e a compra de terras por parte de ex-escravos.²⁶

Um aspecto interessante em torno nos quilombos maranhenses foi a existência das revoltas escravas, como a ocorrida em 1867 em Viana, município da baixada maranhense, Mundinha Araújo (1994)²⁷ destaca a ocupação de propriedades da região por quilombolas do Mocambo de São Benedito, que tinham um viés abolicionista, onde era comum que administradores das fazendas fossem obrigados a escrever cartas contendo as seguintes declarações: “nós achamos em campo a tratar da Liberdade dos Cativos, pois a muito que esperamos por ella [...]”²⁸

²⁵ RÖHRIG-ASSUNÇÃO, Matthias. “Quilombos Maranhenses”, in REIS, J. J.; GOMES, F. S. (orgs.), **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**, São Paulo: Claro Enigma, 2012, pp.494-533.

²⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berto de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

²⁷ ARAÚJO, Mundinha. **A insurreição escrava em Viana**. São Luís: SIOGE, 1988.

²⁸ Apud Araújo, Insurreição de escravos, pp. 33-34.

Os quilombos criados após a abolição contêm outras e novas problemáticas acerca da historicidade de populações negras contemporâneas, que estava ligada não apenas a um passado de escravidão, mas que trazia em sua organização, a ocupação pela população livre de terras abandonadas, doadas e devolutas, que geralmente ficavam afastadas das ações de especuladores e fazendeiros (FIABANI, 2009)²⁹.

Não necessariamente surgidas a partir dos quilombos do passado – ligados à escravidão – os quilombos contemporâneos possuem diferentes origens e sendo ocupadas principalmente a partir da primeira década do século XX, o que consolida a ideia de quilombos como aqueles territórios:

[...] doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, a famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras; (...) São também alcançadas pela expressão terras de preto aqueles domínios ou extensões correspondentes aos quilombos que permanecem em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário que orientavam uma apropriação comum dos recursos (ALMEIDA, 1988, p. 45-46)³⁰.

A este respeito O'Dwyer ³¹ sublinha que até pouco tempo, o conceito era de uso quase que exclusivo de historiadores e outros especialistas das Ciências Humanas, que através de acervos documentais, buscavam novas abordagens e interpretações em torno da questão quilombola como uma forma de compreender o passado brasileiro.

Dentro dessa lógica, é importante preceituar que o termo “Quilombo” vem passando por um outro processo de resignificação, que busca não apenas estar atrelado a um âmbito histórico ou jurídico, mas também sendo uma ferramenta para que comunidades negras ao se declararem como quilombolas, possam ter condições de lutar pela permanência na sua localidade.

1.1 A questão quilombola e seus aspectos jurídico-legais

No século XX, com a Constituição brasileira de 1988, alguns termos passam por processos de resignificação, sendo um deles é o termo quilombo, especialmente diante da necessidade de viabilização do proposto no artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT) que é conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que

²⁹ FABIANI, A. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. **Estúdios Históricos**, n. 2, p.1-19, ago. 2009.

³⁰ ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Terras de Preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito”. **Revista Humanidades**, Brasília, UnB, Nº 15, 1988, p. 42-48.

³¹ O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro.

Após o artigo nº 68º do ADCT, o termo passou por processos de construção e reconstrução para o acompanhamento, organização das etapas de autodeclaração, certificação e titulação de territórios tidos como quilombolas, significando uma importante conquista, encabeçada especialmente pelo Movimento Negro.

Conforme a Constituição brasileira de 1988, “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” ³². A denominação desses documentos e sítios como tombados compreende os pressupostos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, no qual:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (...)

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

(...) § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. ³³

Esses artigos reforçam a necessidade de proteger o patrimônio material e imaterial presente em comunidades populares, indígenas ou quilombolas; enquanto a CF apenas delibera sobre o dever do Estado em acompanhar as titulações da terra e proteger os aspectos sócio-culturais comuns das novas comunidades quilombolas. Assim, convém destacar conforme sublinha Sousa³⁴ que essa menção no texto constitucional aos remanescentes de quilombo ainda se encontra muito presa ao passado, não trazendo a contemporaneidade do termo e limitando-o a uma premissa fora do seu tempo, ainda ligada à uma concepção colonial.

³² BRASIL. Constituição (1988). **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**, Artigo 68. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999

³³ BRASIL. Constituição (1988). **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**, Artigos 215 e 216. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999

³⁴ SOUSA. José Reinaldo Miranda de. **Quilombos, terras de preto: identidades em construção**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

No âmbito legal, há ainda o Artigo 2º Decreto 4887/03³⁵, o qual orienta que devem ser consideradas comunidades quilombolas, grupos étnico-raciais que se autodefinem a partir de uma trajetória própria ligada à uma ancestralidade negra, que por sua vez, relaciona-se à resistência pela sua histórica opressão, ainda resquícios de um passado escravocrata. Por isso, que essa definição não precisa partir de um órgão, mas da própria comunidade quando ela se autodefine nos aspectos físicos, socioeconômicos e culturais.

Este decreto reformulou o decreto nº 3.912/2001, o qual estabelecia que somente poderia ser reconhecida como quilombola uma comunidade que tivesse sido ocupada até 1888 e que permanecesse ocupada em 1988. Através do novo decreto, também se estabeleceu que cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titularizar as terras que são ocupadas pelos remanescentes de quilombo, trabalhando em parceria com Estados, Municípios e órgãos governamentais ou não-governamentais.

No que diz respeito ao processo de titulação, em linhas gerais o que ocorre é que ao conseguir a certidão de autodefinição expedida pela Fundação Cultural Palmares, as comunidades autodeclaradas como quilombolas precisam passar pela etapa de elaboração dos laudos técnicos para comprovar a legitimidade da sua identificação como quilombola, tendo assegurada a participação de todos em todas as etapas.

Outro aspecto importante é que após esta etapa ocorreu a notificação de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional – IPHAN, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Fundação Cultural Palmares além de outros interessados no processo, tal como, os ocupantes de terras que pertencem à comunidade titulada.

Caso o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação comprove que a comunidade se enquadra como quilombola, a conclusão do trabalho de titulação da terra se dará com a desapropriação dos possíveis moradores que estejam ilegalmente na localidade e a entrega do título de terra coletivo para a Comunidade.

A nível de legislação estadual, vale salientar que o Estado do Maranhão é um dos cinco no Brasil, cuja Constituição reconhece às comunidades quilombolas o direito à propriedade da terra. No Art. 229, da Constituição Estadual está definido que “O Estado reconhecerá e legalizará, na forma da lei, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.”

³⁵ BRASIL. **Decreto nº. 4.887/03**, em 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.. Acesso em: 14/12/2020.

Segundo a “Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas” (IBGE, 2019),³⁶ o Maranhão é o 3º estado em comunidades quilombolas, no Brasil, com 866 localidades já identificadas, ficando atrás apenas da Bahia (1.046) e Minas Gerais (1.021).

O estado do Maranhão, no Ranking Nacional, é dos com maior número estimado de localidades quilombolas, estando o município de Barreirinhas em 1º lugar com 167 localidades, seguido de Alcântara (2º) com 74 localidades, Itapecuru Mirim (3º) com 45, Santa Helena (6º) com 37 localidades e Codó (9º) com 30 localidades quilombolas.³⁷

Na região Centro-Sul do Maranhão, onde localiza-se o nosso universo da pesquisa, são reconhecidas como autodeclaradas como quilombolas as seguintes localidades³⁸:

NOME DA COMUNIDADE	MUNICÍPIO
Comunidade Quilombola Cruzeiro	Dom Pedro
Comunidade Quilombola Violete Comunidade Quilombola Buritirana Comunidade Quilombola Sítio dos Arrudas	Fernando Falcão
Comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos	Grajaú

TABELA 1 – Comunidades autodeclaradas como quilombolas no Centro-Sul do Maranhão. Fonte: Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021). Adaptado de IBGE (2020).

A despeito desse levantamento oficial realizado pelo IBGE, existem outros documentos que apontam mais comunidades, entre eles, o ofício do Centro de Cultura Negra do Maranhão e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) encaminhado para a Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, buscando incluir as seguintes comunidades no Plano Estadual de Vacinação:³⁹:

NOME DA COMUNIDADE	MUNICÍPIO
Comunidade Quilombola Bandeira	Barra do Corda
Comunidade Quilombola Chupete Comunidade Quilombola Bem Feito	Formosa

³⁶ IBGE. **Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?edicao=27481&t=o-que-e>. Acesso em: 14/05/2020.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem.

³⁹ CCN; CONAQ. Ofício Conjunto nº 003/2020. **Informações de municípios com comunidades quilombolas**. São Luís-MA: 2021.

TABELA 2 – Informações de municípios com comunidades quilombolas. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021). Adaptado de CCN; CONAQ (2021) .

As comunidades apontadas pelo CCN e CONAQ não estão no mapeamento do IBGE (2020) e seus processos de titulação estão sob a responsabilidade do ITERMA, diferente das outras comunidades da região cujos processos estão sendo realizados pelo INCRA, o que nos leva a compreensão de que possa existir um número maior de Comunidades autodeclaradas como quilombolas que ainda não estão nos levantamentos realizados pelos órgãos institucionais.

1.2 A ocupação para fins de colonização no espaço sul maranhense e sua relação com a Comunidade Santo Antônio dos Pretos, em Grajaú

Em relação ao município de Grajaú, no que se refere à questão negra, escravizada ou não, segmento negro, escravo ou não, há uma historiografia bastante reduzida.⁴⁰ Porém, apesar da dificuldade em encontrar documentos e pesquisas que tratassem da dinâmica do período da escravidão negra na região, buscou-se construir um histórico da ocupação da região e da formação de Grajaú como município, a fim de relacionar com a própria organização da Comunidade Santo Antônio dos Pretos.

Para além da ocupação já realizada pelos povos indígenas, Feitosa e Trovão⁴¹ apontam três (03) correntes em torno da ocupação e expansão do território maranhense: Do Litoral, do Gado e dos Imigrantes da Seca. Trovão nomeia estas correntes como: *Corrente litorânea*, *Corrente Pastoril* e *Frente de expropriados do Nordeste*.⁴²

Sobre isso, a *corrente dos criadores de gado ou pastoril*, iniciou-se em 1819, com a chegada de agricultores e vaqueiros no território que passou a ser denominado de Pastos Bons.⁴³ Assim, a região sul do Maranhão foi sendo ocupada por homens vindos especialmente da Bahia e Pernambuco intensificando as disparidades geográficas, sociais e culturais em relação ao litoral.⁴⁴

⁴⁰ O professor Alan Kardec Pachêco Filho é um dos historiadores mais conhecidos quando se refere à historiografia de Grajaú, em especial pelo seu trabalho “Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú”.

⁴¹ FEITOSA, Antônio Cordeiro; **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço geo-histórico e Cultural** / José de Ribamar Trovão. – João Pessoa, PB. ed.Grafset, 2006.

⁴³ ROCHA, Rosimary. O rural no sul do Maranhão e a construção de um lugar pelos sertanejos. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 2015, Presidente Prudente-SP. **Anais do XI ENANPEGE**, 2015, p. 1777-1789.

⁴⁴ VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. **“Uma comarca fora da lei”**: a Guerra do Léda no sertão do Maranhão / Layla Adriana Teixeira Vieira – São Luís, 2015.

Tendo como foco a expansão da pecuária, esta corrente culminou na criação de vilas e povoados que mais tarde se tornaram importantes cidades da Região, tais como Balsas e Grajaú.

Não é demais lembrar que para esta região era comum que trabalhadores escravizados, fugidos do litoral, buscassem refúgio tendo como possíveis referências as localidades de Alto-Mearim, Arari, Barra do Corda, Chapada (Grajaú), Carolina, São Luís Gonzaga e Itapecuru-Mirim.⁴⁵ Afinal, o crescimento da lavoura canavieira e da produção de gado leiteiro propiciou a formação de relativa população escrava trabalhando em fazendas da região, tal como indica a tabela a seguir:

ANOS	1862		1872	
Municípios	População. Total	População Escrava %	População Total	População Escrava %
Carolina	600	80 (13,3)	10.114	383 (3,7)
Chapada	6.000	1.000 (16,6)	8.195	660 (8,0)
Riachão	3.280	280 (8,5)	4.374	497 (11,3)
Barra do Corda	584	72 (12,3)	2.538	312 (12,2)
Total	15.864	2.152 (13,5)	25.221	1.851 (7,3)

TABELA 3 – População Total e Escrava da Região de Pastos Bons. Fonte: CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008, p. 107.

Ao se analisar o quantitativo populacional da região de Pastos Bons, em especial da Chapada, atual Grajaú, é possível estabelecer uma relação com a própria formação do município de Grajaú localizado na mesorregião Centro Maranhense, às margens leste do Rio Grajaú, com uma área de 7.408 km², e distante de São Luís a 418,284 km, mas articulado pela BR 226 e a MA-006 atuais.

⁴⁵ SILVA, R. A. *Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX*. Rev. Hist. UEG- Anápolis, v.3, n.2, p. 30-51, jul./dez. 2014.

Do ponto de vista institucional administrativo, Grajaú foi primeiramente um Distrito denominado de Chapada, pela lei provincial nº 13, de 08/05/1835, estando inicialmente subordinado ao Município de Pastos Bons.

Em 1835 foi desmembrado de Pastos Bons e elevado à categoria de vila ainda com a denominação de Chapada, pela lei provincial nº 7 de 29/04/1835. Sua elevação à condição de cidade, com a denominação de Grajaú, se dará apenas em 1881, pela lei provincial nº 1225, de 07/04/1881. (IBGE, 1959)⁴⁶

Tendo o Rio Grajaú como pano de fundo de sua pesquisa, Pacheco Filho (2007) nos apresenta um panorama resumido da organização administrativa de Grajaú e dos diferentes segmentos sociais que fizeram parte do processo.

Segundo seu mapeamento, o Rio Grajaú foi fonte de subsistência de vários grupos sociais, dentre os quais comerciantes, fazendeiros, freteiros, fabricantes de barcos, trabalhadores da “indústria naval” e vareiros, durante o período compreendido entre 1920 e 1950.

Foi neste contexto de ocupação e a formação econômica de Grajaú que a comunidade Santo Antônio dos Pretos emergiu situada ao sul do município e banhada pelo Rio Grajaú e o Riacho da Faca, ocupando uma área de 3.700 hectares⁴⁷, a 57 km da sede.

Considera-se então que a Comunidade Santo Antônio dos Pretos/Grajaú-Ma é, no longo prazo, o resultado desse processo de ocupação da grande região de “Pastos Bons” entre o fim do século XVIII e início do século XIX, com uma dinâmica e especificidades próprias em relação ao litoral, com a presença de vaqueiros e fábricas, isto é, trabalhadores livres, escravos ou ainda pelos próprios filhos do fazendeiro que aprendendo o ofício de vaqueiro, mais tarde, assumiriam o posto mantendo, assim, o gado sob o domínio da propriedade familiar.⁴⁸

No contexto da Comunidade Santo Antônio dos Pretos, em um breve levantamento⁴⁹ foi possível identificar que o Rio Grajaú tinha um importante papel na vida dos moradores da localidade, pois a confecção de canoas era um ofício bastante comum e repassado entre as gerações e havia um intenso trânsito através das águas para a realização de negócios e vendas de mercadorias produzidas pelos pretos antigos na Cidade de Grajaú, apresentando para nós

⁴⁶ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Grajaú (MA). In: **ENCICLOPÉDIA** dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15. p. 179-182. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_15.pdf.

⁴⁷ Segundo os moradores, mas os mapas do INCRA indicam um tamanho menor.

⁴⁸ CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Maranhão. 2ª Edição. São Luís: EDUFMA, 2008.

⁴⁹ Levantamento baseado em informações de José Maria e Sofia, bisnetos de Iaiá Inácia e que moraram na Comunidade na década de 1970.

que mesmo com as limitações terrestres, o Rio Grajaú estreitava o contato dos moradores com outros grupos sociais presentes na região⁵⁰.

Na contemporaneidade, ao Rio Grajaú perdeu espaço considerando a existência das estradas e a população estimada de Grajaú é de 70.692 pessoas segundo o IBGE (2021). Desse modo, a partir dos resultados do Censo de 2010 (o último realizado) que apontou que 67% – cerca de 44.830 pessoas – da população grajauense se autodeclarou preta ou parda, apesar da falta de dados mais atualizados tendo o recorte cor/raça, acredita-se que não houve queda nesse percentual em relação ao último Censo.

Em relação à população autodeclarada como quilombola, a Secretaria de Desenvolvimento Social de Grajaú nos informou que no CADÚnico estão 32 famílias cadastradas como quilombolas.; a comunidade possui 18 famílias e cerca de 60 moradores em seu território, ou seja, 14 famílias mesmo não morando na Comunidade se autodeclaram como tal

1.3 A trajetória de Iaiá Inácia e a formação da comunidade Santo Antônio dos Pretos



IMAGEM 1 – IMAGEM FEITA POR DRONE DA COMUNIDADE. FONTE: Prefeitura Municipal de Grajaú. 2021.

As terras nas quais ainda vive uma densa população negra rural, no Maranhão, devido à forma de sua configuração tem recebido diferentes conceitos geradores de identidades

⁵⁰ Convém informar que não foi possível localizar trabalhos de outros autores sobre a Comunidade, apenas os que já foram produzidos no decorrer da minha vida acadêmica.

coletivas. A este respeito, Almeida que considera que as chamadas *Terras de Preto* são as adquiridas através da prestação de serviços por parte dos escravizados ou compradas por alforriados. As *Terras de Santos* seriam aquelas deixadas pela Igreja aos antigos escravos e as *Terras de pobreza*, foram doadas pelos proprietários das fazendas que faliam para antigos escravos.⁵¹

Por último, dada a força dos termos do Artigo 68 da Constituição Federal, muitas dessas terras têm sido ressignificadas para “*terras de remanescentes de Quilombos*” por meio de um processo legal mediado pela Fundação Palmares, o INCRA, antropólogos fazendo relatórios antropológicos; advogados e os próprios moradores por meio de suas Associações em face de ameaças quanto a permanência centenária em suas terras.

A atual *Comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos*, em sua trajetória histórica, se configura como “Terra de Preto”. Mas, devido a necessidade de assegurar a permanência de seus antigos moradores e dos que retornaram, foi preciso abrir um processo pela sua titulação como *terra remanescente de quilombo*. Em sua gênese, como terra de preto, encontramos a matriarca Iaiá Inácia, de cuja história só temos alguns fragmentos para recompor a sua memória ainda presente entre os seus herdeiros ainda vivos.

Segundo relato de Ana Luísa, a trajetória de Iaiá Inácia inicia-se em Codó, no ano de 1848, da qual nos foi relatado que ao engravidar do filho do seu senhor, Iaiá Inácia foi obrigada a casar com o escravo de nome Pedro Paulo, com o acordo que ele assumisse o filho como seu.

O fazendeiro propôs ainda, que durante alguns dias na semana, trabalhassem para ele e nos outros dias para si. A respeito deste episódio, o senhor Floriano de Araújo conta o seguinte,

—... É, nome do dono dos escravos! Era branco! Aí a “nega véia”, mas muito “trabalhadeira”, “vamo arrumar um homem para ela”, caçaram outro “nego” lá pra casar com ela. Aí ele disse: - Não, rapaz! Como é que eu posso tratar dessa mulher? Cuidar dela da gravidez e do resguardo dela?
-Não, vamos fazer assim: - vai ter três dias da semana pra vocês trabalharem pra vocês, daqui até lá. Aí eles cuidaram, (...) fecharam contrato! Aí foram “ajuntando” esse dinheiro, foram “ajuntando” ... naquela época, ninguém (sic) falava em hectares, era “quinhão”, era quinhão de terra!⁵²

Casada com Pedro Paulo, Inácia teve 10 (dez) filhos, após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, Inácia e família trabalharam em fazendas vizinhas por um período de 33 anos

⁵¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Terras de Preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito”. **Revista Humanidades**, Brasília, UnB, Nº 15, 1988, p. 42-48.

⁵²Relato obtido através de conversa informal com o Sr. Floriano de Araújo (2020), bisneto de Iaiá Inácia.

conseguindo acumular o valor para a compra da terra conforme relatam os seus remanescentes.

Quando a terra foi comprada, Pedro Paulo já havia falecido, o que explica o fato de que os seus descendentes constroem sua história sempre a partir da história de Inácia. Esta, como já dissemos acima, antes de se casar com Pedro Paulo teve um filho chamado de Antônio Rodrigues (Salobo), cujo núcleo familiar não esteve, diretamente, presente na rotina da Comunidade, pois decidiram morar em uma outra localidade.

A Certidão de imóvel só foi emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Grajaú, em 16 de março, de 2004⁵³, indicando que a compra ocorreu em 30 de março de 1921 de uma área denominada Barra do Santo Antônio pela matriarca Inácia Maria por 40 mil réis. Em razão dos moradores serem negros, a mesma passou a ser denominada “Fazenda Santo Antônio dos Pretos”.

A certidão de compra e venda da terra não traz a indicação dos limites da referida terra; mas, os descendentes relatam que a área comprada por Inácia era bem maior do que é hoje reivindicada. Outra certidão, datada de 16 de novembro de 1973, informa as confrontações de um lugar denominado Santo Antônio, da seguinte maneira⁵⁴:

(...) da barra da Grotta do Vão Grande, por este acima até a cabeceira, desta rumo direito até o riacho faca, por este abaixo até o rio Grajaú, por este acima até o lugar denominado “Elias” onde extrema com o Obrigado, por este acima ao pontal da cabeça Danta, deste acima até confrontar com o primeiro ponto que é a barra do Vão Grande. (Certidão emitida por Gerson Rodrigues Limeira, Comarca de Grajaú, 1973).

Quando se analisa o contexto da Certidão de 1973 que foi requerida pelos descendentes de Iaiá Inácia e aponta o registro de “posse de terra do lugar Santo Antônio” em 1921 e os limites da localidade, logo nos é apresentada a promulgação das chamadas Lei de Terras (Lei nº2979, de 15 de junho de 1969)⁵⁵, que estabeleceu o princípio da compra e venda de terras como único meio de aquisição de propriedade rural, sendo assim, em tese, ter a certidão da terra era uma estratégia de evitar que as terras do Santo Antônio fossem invadidas.

Na localidade, situava-se a “Casa grande”, descrita pelo Sr. Floriano de Araújo como o conjunto de duas casas grandes cobertas de cavaco e com paredes preenchidas com palha de buriti. Em uma, funcionava o espaço social masculino e na outra o local das mulheres. Os

⁵³ Ver em anexos.

⁵⁴ Ver nos anexos.

⁵⁵ MARANHÃO. Lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. In: GONÇALVES, M. de F. da C. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA, PROIN, 2000.

homens só podiam adentrar na casa das mulheres no horário das refeições e quando eram solicitados. Havia também as residências dos netos de Inácia que já tinham suas famílias.



IMAGEM 2– Desenho da Casa-Grande feito por Francisco de Assis dos Santos Araújo. FONTE: Associação dos moradores do Santo Antônio dos Pretos. Grajaú: 2020.

Iaiá Inácia faleceu em 1934 aos 86 anos. A memória de seus descendentes indica que se tratava de uma mulher que “trabalhou muito e deixou essa grande herança aí no Santo Antônio dos Pretos”.⁵⁶ Desse modo, se verifica que a ancestralidade familiar é relevante na construção desta comunidade, no qual o mapa genealógico nos aponta a seguinte composição familiar:

⁵⁶ Fala do remanescente Manoel Rodrigues (2021), bisneto de Iaiá Inácia por parte dos Salobos.

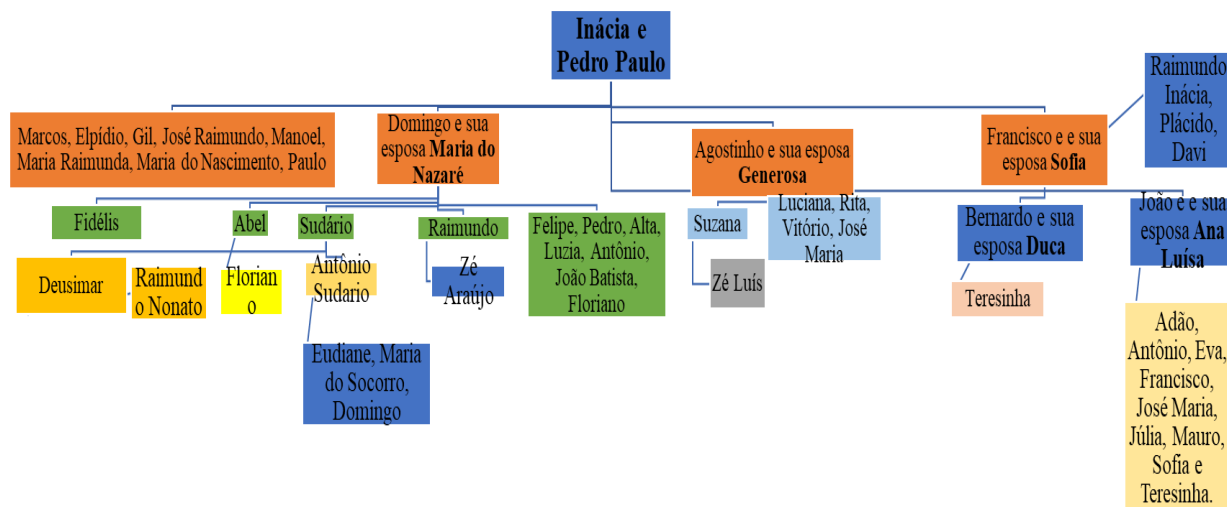


IMAGEM 3 – Mapa Genealógico da família. FONTE: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021).

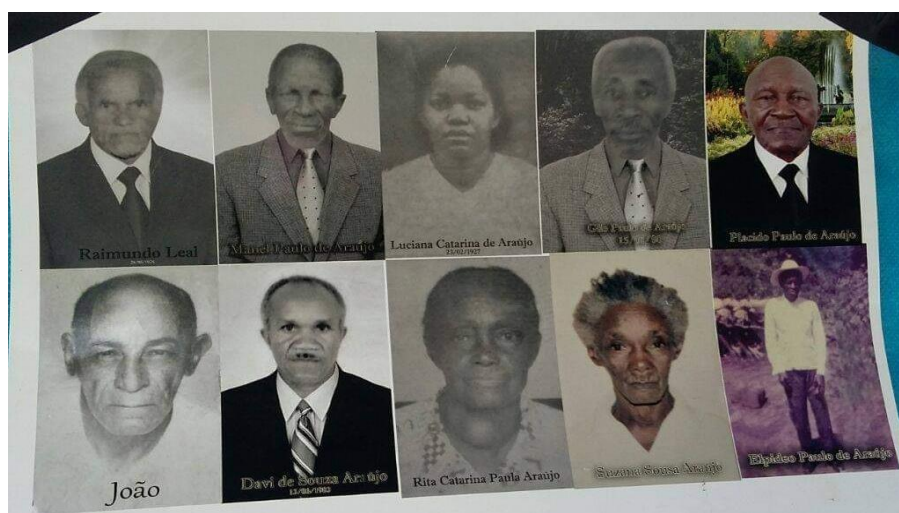


IMAGEM 4 – Alguns filhos e netos de Iaiá Inácia. FONTE: Associação dos moradores do Santo Antônio dos Pretos. Grajaú: 2020.

Como se pode observar através do mapa genealógico, a maioria dos filhos de Inácia e Pedro Paulo não casou ou teve filhos, porém, daqueles que tiveram filhos, grande parte conseguiu construir uma família numerosa; dos é netos de Iaiá Inácia e Pedro Paulo, Suzana é a única que se encontra viva, porém, ela mora em uma comunidade vizinha.

Outro aspecto que nos chamou a atenção é o núcleo familiar de João e Ana Luísa que juntamente com seus filhos se tornam figuras centrais nas narrativas sobre o êxodo e retorno dos remanescentes urbanizados.

1.4 A vida antes do exílio

Na tentativa de melhor vislumbrar as condições de vida na Comunidade Santo Antônio dos Preto antes do êxodo, tendo em vista a inexistência de relatos deixados pelos Pretos Antigos, três (05) remanescentes urbanizados compõem o mesmo núcleo familiar, estes saíram da comunidade na década de 70 e estão diretamente envolvidos com o processo de retorno gradual dos remanescentes.

Os depoimentos foram obtidos entre 2019 e 2021, através das conversas informais realizadas com visitas tanto na Comunidade, quanto nas residências dos remanescentes que ainda moram na cidade de Grajaú.

Diante disso, apresentaremos um pequeno histórico dos sujeitos da pesquisa.



IMAGEM 5 – Dona Ana Luiza Ribeiro dos Santos. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021).

Dona Ana Luiza Ribeiro dos Santos ((já falecida) tinha 80 anos na época que nos contou seu relato. Ela se casou em 1955 com o Srº João Mendes de Araújo, neto da matriarca que fundou a comunidade com o nome de *Fazenda Santo Antônio dos Pretos*. Ela morou na localidade, em 1963, mas logo se mudou para outra localidade mais distante. Em 1976, ela foi morar com o marido e o filho, novamente, no Santo Antônio ficando lá até 1979.

Depois, saiu e só 2005 retornou à Comunidade, residindo lá até 2018, por motivos de saúde, ela era aposentada e teve 13 filhos (09 ainda são vivos), um deles inclusive nasceu no Santo Antônio.



IMAGEM 6 – Sr. Francisco de Assis dos Santos Araújo. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021).

O senhor Francisco de Assis dos Santos Araújo, atualmente, com 54 anos é agricultor e pedreiro. É filho do Sr. João Mendes de Araújo e de Dona Ana Luiza Ribeiro dos Santos; casado e tem cinco (05) filhos, dos quais três (03) moram com ele na Comunidade Quilombola. Ele morou lá primeira vez em 1976; mas, saiu em 1979 retornando em 2005.



IMAGEM 7 – Sr. José Maria dos Santos Araújo. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021).

O senhor José Maria tem 53 anos, é pedreiro e filho de João Mendes de Araújo e da Dona Ana Luiza Ribeiro dos Santos, tem 05 filhos e apesar de não ter residência fixa na Comunidade, é bem presente na localidade, principalmente nas reuniões mensais.



IMAGEM 8 – Srª Júlia dos Santos Araújo. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021).

A senhora Júlia dos Santos Araújo tem 56 anos. É agricultora, mas, também trabalha como Auxiliar Operacional de serviços diversos em uma escola da zona rural; é filha de João Mendes de Araújo e da Dona Ana Luiza Ribeiro dos Santos, tem 07 filhos, 2 residem com ela e o esposo, juntamente com 4 netos. Atualmente é presidente da Associação de moradores.



IMAGEM 9 – Srª Sofia dos Santos Araújo. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2021).

A senhora Sofia dos Santos Araújo tem 51 anos, é funcionária pública municipal e tem 07 filhos, saiu ainda criança da Comunidade juntamente com seus pais e irmãos; não retornou à Comunidade, mas é vista como uma figura importante no processo de luta pela titulação, principalmente pela sua atuação como líder comunitária.

A respeito de como surgiu a Comunidade, os 03 remanescentes que retornaram à Comunidade nos trazem os seguintes relatos:

A avó do Plácido, a velha era escrava, quando foi libertada, ela tinha o dinheiro e comprou esse Santo Antonio dos Pretos. Comprou por 40 mil réis, aí ficou morando mais os filhos, que eu conheci o Manelzin, Augustin, Gilo, Eupídio, Maria Raimunda, Maria do Nascimento, Zé Raimundo e Antônio Salobo, ela teve parece que 14 filhos, só quem não é irmão de Pai e Mãe foi o Antonio Salobo. Quando eu vim pra cá, tinha os velhos tudinho, eles gostavam de mim demais (ANA LUIZA, 2019).

“Surgiu através da Inácia Maria de Araújo, escrava na Fazenda Serra Branca” (FRANCISCO, 2019).

“Foi ocupada a troco de serviço” (JÚLIA, 2019).

A senhora Ana Luiza tem um relato mais completo acerca de como surgiu a Comunidade Santo Antônio dos Pretos, Em especial por ter conhecido ainda vivos, muitos dos descendentes de Iaiá Inácia ao se casar com um dos netos da matriarca. A sua chegada ao território se deu em 1955, no qual:

O marido me levou lá donde tá os velhos, que era pros velhos conhecer. (ixi!) ficaro tudo satisfeito. (...) moravam lá perto do rio, o rio ficava pertinho da casa deles, tinha sítio. (...) bem na porta dos velhos tinha um pé de jatobá e um de cagaita, uma fruta. (ANA LUIZA, 2019)

D. Ana também destacou que por muitos filhos da matriarca não terem se casado e deixado descendentes, estes moravam juntos e cuidavam uns dos outros. A respeito dos Salobos, argumenta que eles são descendentes, apenas, do primeiro filho da Iaiá Inácia, por isso, eles se identificam pelo sobrenome *Rodrigues* e não *Araújo* como os demais descendente e sua participação na vida da comunidade antes dos conflitos não é muito evidente.

Francisco também corrobora com a afirmativa de que Iaiá Inácia foi a compradora da terra, citando ainda o nome da fazenda onde ela foi escravizada. Já a entrevistada Júlia destaca que foi por meio do trabalho de Iaiá Inácia, que, depois da escravidão conseguiu juntar dinheiro para comprar a terra.

Conversando com José Maria e Sofia⁵⁷, estes nos apresentaram um pouco de suas vivências na Comunidade, principalmente acerca das dificuldades impostas à João Mendes e Ana Luísa, seus pais.

Primeiro que houve uma resistência por parte do pai de Ana Luísa com o casamento, pois era comum o casamento entre primos na família e ele “não queria a mamãe casada com

⁵⁷ Ver registro da conversa informal nos apêndices.

um negro do Santo Antônio” (SOFIA, 2021), ela nos relatou que sempre os filhos de Ana e João eram tratados de maneira diferente pelo avô paterno.

No início do casamento, eles chegaram a morar no Antigo São Pedro dos Cacetes e conforme os filhos foram nascendo, moraram nos povoados Pontal (sentido Arame) e Brejinho (no município de Amarante).

Para sustentar a família, o casal trabalhava em outras lavouras a partir do que Sofia (2021) denomina de arroz de meia: A cada 03 jacás de arroz que o casal colhesse da lavoura alheia, 01 ficava com eles, conta-se que D.Ana se destacava, enquanto 01 única pessoa conseguia cortar de 2 a 3 jacás por dia, sua mãe conseguia pegar 6 a 7 jacás.

O mesmo método era utilizado em relação a cuidar do gado: Durante um determinado período João ficava numa fazenda cuidando das vacas, se 03 vacas parissem, 01 bezerro seria dado a João. Caso nenhuma vaca parisse durante o período combinado, ele saía sem dinheiro e sem gado.

Em 1975, João e Ana já eram pais de Adão, Eva, Francisco, José Maria, Júlia, Teresinha e Sofia e tiveram que se mudar novamente, dessa vez para o Santo Antônio, lugar onde moravam os parentes de João. Sobre isso, nos foi contado o seguinte:

Quem nos levou, como nós tava passando uma situação ruim no mundo aí; trabalhando mas não tinha como sustentar nós, o tio Gil chamou nós para ir pro Santo Antônio; quem foi nos receber lá na Taboca Seca e era de pé até chegar no Santo Antônio foi o tio Plácido, recém chegado do Pará (SOFIA, 2021).

Papai era muito rígido, calmo demais mas era muito rígido com ele mesmo, ele não era de bater boca – só largava tudo e ia embora – lá nós moramos em 02 lugares mas quando nós fomos pra lá, fomos pra casa dos véi! Papai fez uma casa na beira do rio, uma distância assim não tão perto, fez uma casa de palha. Papai ainda voltou para buscar os nossos animais, um gadinho, Francisco foi a pé levando esse gado. (JOSÉ MARIA, 2021).

O trajeto de mudança foi todo feito a pé, no qual um cavalo levava as crianças menores em cangaias, a lembrança desse processo de mudança e estadia no Santo Antônio é apresentada de maneira muito intensa pelos dois irmãos, que apresentaram ainda os núcleos familiares que existiam na Comunidade naquela época:

NÚCLEO	COMPONENTES
CASA-GRANDE	Elpides, Gil, Inácia, Manoel, Maria do Nascimento e Maria Raimunda

NÚCLEO 1	Alta, Deusimar, Domingos, Felipe, Pedro e Raimundo Nonato
NÚCLEO 2	Davi, Luciana, Rita, Suzana e seu filho Zé Luís
NÚCLEO 3	Ana, João Mendes, seus filhos Adão, Antônia, Eva, Francisco, José Raimundo, José Maria, Júlia, Teresinha e Sofia.
NÚCLEO 4	Bernardo, Duca e Teresinha

TABELA 4 – NÚCLEOS FAMILIARES DA COMUNIDADE ANTES DO ÊXODO. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021).

Totalizando 30 pessoas na Comunidade, as famílias moravam em residências não muito próximas umas das outras e os núcleos eram bem diversos, tendo em vista que era muito comum que as mulheres morriam durante o parto, desse modo, Davi mesmo sendo irmão de Inácia e Raimundo, ao perder sua mãe quando nasceu foi criado por suas tias; o mesmo aconteceu com Deusimar e Raimundo Nonato.

Teresinha, do núcleo 4 era prima e foi a primeira esposa de Deusimar e também faleceu durante o parto, deixando um filho.

Indagados sobre quais as atividades econômicas que eram desenvolvidas pela população local antes do êxodo ocorrido em 1979, relataram as seguintes:

Plantio de arroz, milho, mandioca, tinha muita fartura, fava, feijão, eles não andavam comprando nem carne. Eles tinham muito gado, não dependiam de ninguém, atravessaram o rio para pegar carne emprestada e pagar depois, quando Maria do Nascimento reclamava, Manelzin respondia: Para quem eu vou deixar?" (ANA LUIZA, 2019).

Eles viviam de roça, plantavam mandioca, tinham cana, eles faziam rapadura, eles vendiam pro finado Raimundo Simas e Velho Dimas, eles tinham animais, mas não vendiam (FRANCISCO, 2019).

Arroz, mandioca, gado, porco, comiam o que produziam aqui (JÚLIA, 2019).

Não havia na comunidade circulação de moeda entre os habitantes, sendo o empréstimo de alimentos uma prática comum entre os moradores sendo que, apenas, a cana e a rapadura produzidas eram comercializadas na cidade.

A comunidade tinha sua própria organização social e política como demonstram os relatos a seguir, que relevam existência de manifestações culturais e religiosas, a figura de um

dos filhos de Iaiá como a principal liderança da comunidade e a existência de uma divisão sexual do trabalho:

Todos combinavam entre si, comprava as coisas em Grajaú. Missa todos os anos no mês de julho, casamento também. Tinha o forró tocado de pife e na catana⁵⁸, o pessoal era católico e tinha a festa do Divino Espírito Santo. As mulheres ajudavam a cuidar das coisas, os homens da roça e do gado” (ANA LUIZA, 2019).

O Tio Manelzin, não o conheci, mas pela história, dos irmãos que moravam juntos, ele era o cabeça” (FRANCISCO, 2019).

Todos combinavam as coisas, as mulheres responsáveis pela comida e os homens pela roça, não existia um líder” (JÚLIA, 2019).

Vinha por dentro do rio para vender farinha em Grajaú; pegavam a canoa e vinham por dentro do rio, vendiam farinha, rapadura. Me lembro dos eventos do Santo Antônio, era a coisa mais linda do mundo. (SOFIA, 2021).

Papai nunca foi de trabalhar em fazenda, papai era carpinheiro, a carpintaria dele era canoa, engenho (JOSÉ MARIA, 2021)

Dona Ana Luiza relata as festividades que eram realizadas na Comunidade, todas de origem católica; além de uma prática cultural peculiar que se dava com uma catana⁵⁹ que era batida com o pedaço de madeira e emitia um som, de acordo com a velocidade das batidas, acompanhado de uma flauta feita de bambu, o pifi, saía um som parecido com o forró pé-de-serra, e todas as festas eram realizadas com esses dois instrumentos improvisados. Sobre as missas, José Maria (2021) conta que “Tinha gente demais, dava tanta gente que parecia um comício; o Frei José, de Sítio Novo é que vinha, só casava naquele dia, era tradição”.

Na comunidade, homens e mulheres tinham papéis bem definidos: As mulheres cuidavam da casa e os homens cuidavam da roça. O Sr. Francisco destaca a importância da figura de Manelzin, um dos filhos da Matriarca, o qual, segundo ele, seria a liderança simbólica.

Júlia corrobora com as afirmativas de Dona Ana Luiza, principalmente no que se refere à divisão de tarefas entre homens e mulheres, um aspecto importante relatado por Sofia é justamente a importância do Rio Grajaú no cotidiano da comunidade, sendo as águas o caminho mais rápido para que eles pudessem se locomover e realizar trocas comerciais, ao mesmo tempo que o ofício de João como carpinteiro era algo bastante conhecido na localidade e povoados vizinhos, o que lhe deu o apelido de “João engenheiro”.

Buscando compreender a importância dos “Pretos antigos” para a comunidade, nos foi relatado que,

⁵⁹ A catana é uma espécie de facão, utilizada para o corte de cana-de-açúcar.

Tudo eles que organizavam, se governavam, aí todo mundo acatava (ANA LUIZA, 2019).

Eram 08 que moravam juntos, o velho morreu primeiro, depois a velha, os filhos e irmãos ficaram unidos e viviam em união, moravam numas casas grandes (FRANCISCO, 2019).

Sim, eram os cabeças, os que mandavam. Nós como sobrinhos tínhamos que escutar eles. (JÚLIA, 2019).

Todas as três falas destacam o respeito que havia entre os irmãos na Comunidade porque todos tinham participação ativa na tomada de decisões. Ao discorrerem acerca da união existente entre os irmãos e como os moradores mais novos acatavam os ensinamentos dos mais antigos, leva-nos a outro aspecto do perfil de sua sociabilidade, ou seja, a autonomia que cada morador tinha sobre a sua residência e como elas tinham caráter de herança para os descendentes.

Sobre a vida dentro da Comunidade, os irmãos José Maria e Júlia apontam um acontecimento que foi decisivo para a rotina da família:

Teve um ano que deu uma chuva muito grande, quando amanheceu o dia, a roça do pai que era na frente da casa tava tomada de água. A água tava abeirando a casa, foi o ano que os peixes comeram a roça do pai toda mas foi o ano que passamos melhor. [...] não era ruim não a vida no sertão naquele tempo, papai nunca deixou a gente passar necessidade (JOSÉ MARIA, 2021)

Quando as coisas começaram a ficar mais difíceis lá, o rio encheu (eu lembro direitinho). Quando chegamos lá, a roça já tava bem, tinha muito cacho de arroz. Só que o rio encheu, foi até pertinho de casa e os peixes comeram o arroz, aí quando o rio baixou não tínhamos mais arroz, aí a dificuldade começou. [...] Os moradores lá de perto não iam emprestar, papai ia pagar como? (SOFIA, 2021).

A perda do arroz fez com que a família passasse por muitas situações de vulnerabilidade, com as quais por exemplo, “O papai lavava mandioca para fazer beiju, ele lavava rezando para Deus não deixar aquele veneno nos matar, ele lavava bem, botava para escorrer e fazia beiju para nós comer com peixe (SOFIA, 2021). Além disso, os pais foram obrigados a voltar a trabalharem em outras lavouras, deixando os filhos mais novos sob os cuidados de Francisco e Júlia, no qual:

O Francisco era muito pescador mais a Júlia, siô! Mas nós comemos tanto piáu, naquela época, aqueles piaúaracu (JOSÉ MARIA, 2021).

Papai ia trabalhar fora e deixava Francisco e Júlia para cuidar de nós, eles não tiveram uma infância menos trabalhosa; pegavam peixe para nós, fazia beiju de mandioca para nós, a Júlia era uma gigante cuidando da gente (JÚLIA, 2021).

Apesar das dificuldades apontadas, há um sentimento de saudosismo das aventuras vividas pelos irmãos, de como era fácil a pesca de peixe e até mesmo das simpatias que eram

realizadas – como a de colocar as “trepes”⁶⁰ e dos fogareiros e santos de madeira dentro do Rio para trazer chuva – mesmo com todas as adversidades, os filhos de Ana Luísa aparentam ter boas lembranças das usas infâncias na Comunidade.

1.5 A Comunidade e os conflitos territoriais

Durante um longo período, a comunidade conseguiu se manter unida e viver de maneira pacífica, no entanto em 1979 fazendeiros do entorno começaram a fazer contínuas ameaças de invasão das terras, sobretudo, as direcionadas por Marica Barros, filha do Sr. Herculano⁶¹ porque reivindicava a terra comprada por Inácia Maria.

Quando a Marica Barros, a fazendeira lá, a cabeça que comprava as terras lá dentro. Só que a gente nunca teve como provar as maldades que eles faziam: Cachorro amanhecia envenenado, amanhecia morto; uma vez lá tinha um pé de pau d’arco bem grande, deram tanto tiro naquele pau d’arco, metralharam ele, isso era um sinal de ameaça pra gente, então dizia que o próximo poderia ser nós, não era só nós os mais novos, eram os mais velhos (SOFIA, 2021).

O tio Gil passou uma procuração na época que ele já tava velhinho demais pra Rita Rita e a Rita acabou com o gado que ele tinha, com os animais e saiu vendendo, ela que fez essa bagaceira. Como eu passo uma procuração para você e você vai vender a terra dos seus irmãos? Isso não existe, cada um tem seu herdeiro, cadê a assinatura? (JOSÉ MARIA, 2021)

Além das ameaças veladas que aconteciam, conforme aponta Sofia, uma prática que foi utilizada foi justamente persuadir uma das pretas antigas, que com a procuração acabou vendendo para os fazendeiros algumas porções de terra “sempre a mando de Marica Barros, comprava um pedacinho e cercava um tantão” (JOSÉ MARIA, 2021).

Diante disso, começou-se um processo judicial para a resolução dos impasses entre os moradores da Comunidade e os fazendeiros que supostamente tinham comprado as terras:

Os véi tinha audiência, o lugar que eles tomavam de conta é ali onde nós tamos ,na beira da faca.

Quem mexia com essa questão de advogado direto em São Luís era o tio Elpides e o advogado que comia o dinheiro deles era esse José Martinho, era o advogado deles que nunca resolveu nada; porque ele recebia dinheiro deles e dos fazendeiros. Chegava aqui na audiência, os véi perdia a terra, Zé Martinho – ninguém ganhava del não – aí os véi encima do burrinho batia em São Luís, nunca houve declaração de terra constando que os Barros tinham terra no Santo Antônio (JOSÉ MARIA, 2021).

Elpides e Gil foram demais, os véi acabaram praticamente com tudo que tinham mas a Marica Barros morreu de favor, nunca tomou o Santo Antônio (SOFIA, 2021)

⁶⁰ Pedras que eram colocadas nos fogareiros para dar suporte às painelas.

⁶¹ Herculano foi o fazendeiro que vendeu a terra para Iaíá Inácia, porém, após seu falecimento, sua filha decidiu reivindicar a localidade como sendo sua herança deixada pelo falecido pai.

Como se pode observar, várias viagens foram feitas a Grajaú para resolver esta questão, inclusive contratando advogado, alguns dos velhos também foram a São Luís, com a perspectiva de resolver a questão da legalidade da propriedade da terra; no entanto, a demora do processo não evitou que os mais velhos que estavam à frente da luta, como o Felipe e o Davi, fossem morrendo e os mais jovens saindo do território.

Ao problematizar acerca dessa demora na resolução dos problemas envolvendo a posse de Terra da Comunidade, logo se remete às implicações da Lei nº 6.383/76⁶², também chamada de “Lei das Ações Discriminatórias”, evidenciando que a partir dela “a grilagem no Maranhão tomou vida própria, pois os acordos políticos e cartoriais se tornavam até mais importantes do que a Lei Sarney de Terras” (NETO, 2017, p. 14).⁶³

Em outras palavras, mesmo tendo a documentação que comprovava a compra da Terra por Iaiá Inácia a comprovação de estarem por mais de 04 décadas na localidade não houve dada qualquer garantia de que o direito à posse dos moradores do Santo Antônio fosse garantido pela justiça, principalmente por ter a participação de famílias poderosas, como o Barros, no processo.

A respeito da relação dos membros da Comunidade com “os de fora”, isto é, fazendeiros e lavradores, os remanescentes indicam que,

Era tudo bem, não era encrenqueiros, só com um fazendeiro⁶⁴ que demarcou a terra, houve tiro, tudo, nunca venceram os velhos. (ANA LUIZA, 2019).

Esse tempo não existia fazendeiro e os vizinhos tudo eram amigos, todo mundo gostava dele, os fazendeiros invadiram depois da saída. (FRANCISCO, 2019).

Eles eram amigos, depois que começou a ter problema. (JÚLIA, 2019).

Os relatos apontam que o convívio com ‘os de fora’ era bom, até o momento que um fazendeiro tentou se apossar, indevidamente, das terras da comunidade. Devido as ameaças sofridas e a morte de um quilombola, alguns moradores saíram da terra deixando-a vulnerável para que outros latifundiários membros de famílias tradicionais do município de Grajaú e Sítio Novo-MA, a desejassem e tentassem, inclusive, por meios violentos se apossarem dela.

⁶² BRASIL, Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6383.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

⁶³ NETO, Roberval Amaral. **A questão fundiária no Maranhão:** Implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970. Pinheiro: IFMA, 2017.

As respostas sobre o que motivou a saída dos moradores de Santo Antônio dos Pretos expõem maiores detalhes da relação desses fazendeiros com os quilombolas:

Das covardias que fizeram, quem nunca arredou o pé foi o Deusimar, Raimundo Nonato e Maria do Amparo, Suzana – filha do Augustin, do tronco mesmo dos velhos. Os fazendeiros chamaram pra conversar Felipe, Pedro Paulo e Raimundo Nonato, deram um café e Pedro Paulo aceitou, depois ficou vomitando e viram que era veneno que tinha, ele morreu e o pessoal se aquietou. (ANA LUIZA, 2019).

A discórdia, quando os Barros quiseram tomar isso daqui, papai não gostava de confusão, então achou melhor. (FRANCISCO, 2019).

Escola que não tinha pros filhos, por isso que nós saímos. (JÚLIA, 2019).

Em vista disso, parte dos moradores migrou para a zona urbana de Grajaú e, sobretudo, após a morte de um importante líder da comunidade conhecido como Pedro Paulo⁶⁵ – neto da matriarca.

No contexto da permanência no território, apenas Deusimar e Raimundo Nonato permaneceram, já Suzana mora em um povoado nas proximidades da Comunidade, com seu único filho.

A Sr.^a Júlia aborda um detalhe importante: a saída dos moradores se deu para que os filhos pudessem estudar porque a Comunidade, mesmo tendo mais de 90 anos, nunca possuiu uma escola.

Por isso que no final da década de 1970, os seus pais optaram por sair da terra e, para fugir dos conflitos e lhes dar uma melhor qualidade de vida através da educação, conforme nos foi relatado:

Eu vim me embora, sai de lá, em 79 nós saímos. O João, tinha os filhos, e ele nessa história de botar os filhos pra aprender, pra ler, pra estudar. Aqui ninguém falava em história de aula, não! (...) quem ensinava os alunos, os filho deles, os sobrinhos era uma das velha, que sabia uma coisinha e ensina ao menor pra assinar o nome, mas pra ser professora, um isso, aquilo outro, não ninguém. (ANA LUIZA, 2019).

O papai não se deu no Santo Antônio, os véi naquele tempo era muito polêmico [...] Naquela época Deus já tava abençoando o papai, o papai colocou na cabeça; papai já queria tirar nós pra estudar, ele botou na cabeça que queria ver os fi doutor” (JOSÉ MARIA, 2019).

O papai conversou com a mamãe: - Nós vamos pra rua, botar esses meninos para estudar, dar um futuro para eles, porque nós não tem futuro pra eles aqui. Assim o papai veio de lá pra cá (SOFIA, 2021).

A família já estava maior com o nascimento de Antônio Neto e José Raimundo (este último nasceu na Comunidade) e a partida do Santo Antônio foi muito dolorosa, conforme é

⁶⁵ Segundo o morador Deusimar, Pedro Paulo era irmão do seu pai e não teve filhos.

contado por Sofia (2021) “Lembro direitinho do tio Plácido chorando, porque ele era o que mais andava lá em casa, dos irmãos do pai”, ao chegarem na cidade de Grajaú, primeiramente moraram de aluguel em algumas residências do bairro Trisidela.

Somente em 1985 é que a família conseguiu ter sua casa própria, em uma jornada desafiadora, onde:

O pai fez uma cartinha, no tempo que o papai foi comprar a casa lá vai o Zé Maria entregar. Peguei a Transbrasiliana, fui até lá na Taboca Seca e descí, fui bater na casa e dei o recado pro tio Gil. Quando foi no outro dia, ele fez uma cartinha, sou invocado que eles sabiam ler, fez a cartinha e mandou eu ir lá na casa da Tia Rita, chegando lá ela leu, pegou o dinheiro e me deu 3.500” (JOSÉ MARIA, 2021)

Recebendo os 3.500 cruzeiros trazidos por José Maria, mais o valor da venda de um pouco de gado, de uma canoa e de uma saca de arroz, além do empréstimo de mais 5.000 mil cruzeiros pelo Mercial Arruda (Atual prefeito de Grajaú), a família conseguiu juntar 22.500 mil cruzeiros, valor necessário para a compra da casa, situada na Avenida Brasil, Bairro Canoeiro. João e Ana ainda tiveram mais um filho, Mauro, totalizando 10 filhos.

No aspecto educacional, que foi um dos motivos para a saída de João e família da Comunidade, José Maria foi um dos mais incentivados a estudar, inclusive tendo propostas de morar em Manaus – AM e Natal – RN, mas como ele mesmo coloca “era um cara ignorante” e logo não prosseguiu os estudos, indo até os anos finais do Ensino Fundamental.

Dos filhos homens, o que conseguiu finalizar o Ensino Médio foi justamente Mauro, o filho caçula, os demais foram até o Ensino Fundamental; das mulheres, Eva concluiu o Ensino Médio, Júlia estudou no Ensino Médio e fez Magistério, Sofia conseguiu entrar na Universidade e é pós-graduada em Psicopedagogia e Teresinha (já falecida) estudou até o Ensino Médio.



IMAGEM 10 – Filhos vivos de Ana Luísa e João (Júlia; Francisco; José Maria; Sofia; Adão; Eva; Neto; José Raimundo; Mauro). FONTE: Acervo da Família. Pesquisa de campo (2019).

João faleceu em 1992 e a partir disso, D. Ana Luísa se torna a principal figura da família e posteriormente, da Comunidade Santo Antônio dos Pretos, bem como seus filhos que iniciam em 2005 um retorno gradual ao Santo Antônio, instigados por uma nova conjuntura que lhes foi apresentada.

2 O RETORNO À COMUNIDADE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA DOS “NOVOS PRETOS DO SANTO ANTÔNIO”

Conforme o relato dos remanescentes urbanizados, o movimento de retorno iniciou-se em 2005, tendo por motivação principal a ocupação do Projeto de Assentamento do INCRA, denominado de “Assentamento Angico”, correspondente ao local que havia sido expropriado pela Sra^a Marica Barros e que foi adquirido em 2005 pelo INCRA para fins de Reforma agrária, na ocasião foram assentadas 24 famílias, distribuídas em 24 lotes que totalizavam quase 2.000 hectares.

Diante disso, Sr^o Plácido Paulo (já falecido) na época, um dos últimos netos vivos de Iaiá Inácia despertou o desejo de ter mais contato com o território dos seus ancestrais. Sobre a atuação do INCRA nessa ocupação, nos foi dito que:

Quando o INCRA cortou, deixou um pedaço dizendo que era nosso, o INCRA sabia que a terra era nossa (JOSÉ MARIA, 2021).

Um dos netos de Antônio Salobo, conhecido por Neto Salobo, juntamente com Plácido buscam maiores informações acerca da situação da localidade havendo, inicialmente, uma vontade de vender a terra para dividir entre os “herdeiros”:

Quando começou ninguém sabia, faço como dizer, não sabia que era quilombola, quando os velhos morreram, se acabaram tudo, o Plácido chamou o Genival para adquirir a terra e vender, porque eles queriam era vender a terra todinha, quando eles foram pra Brasília, chegaram lá e descobriram, tiraram os documentos e descobriram que a terra era de escravidão, não podiam vender” (ANA LUIZA, 2019).

Foi na época que o Lula sancionou a Lei dos Quilombolas, foi o único meio que podia, se registrasse a nossa Associação como quilombola, a gente tinha ela de volta, era o único meio . nós já tínhamos perdido ela, a maior parte pros fazendeiros, o INCRA tinha colocado posseiros do Angico dentro do nosso (JOSÉ MARIA, 2021)

Não se sabe quais as informações que foram levadas aos remanescentes sobre a inviabilidade de venda da terra; porém, a “Lei dos Quilombolas” citada por José Maria, em

outras palavras, o Decreto Nº 4.887/2003 acabou incentivando-os a se organizarem não apenas para conhecer a história dos seus antepassados, mas, também, a retornarem a ela.

Em 27 de dezembro de 2005 ocorreu a primeira reunião entre moradores e remanescentes urbanizados da Comunidade, a fim de fundarem a Associação, com os seguintes argumentos⁶⁶:

“... Cada um por sua própria auto-apresentação fizeram a árvore genealógica da família que prova tudo e além de tudo , o presidente da mesa ainda complementou que havia sido decretado pelo presidente que terras pertencentes a quilombolas não podem ser tomadas , isto é, o decreto favorecem aos herdeiros remanescentes dessas terras, ou seja, os descendentes das terras do Santo Antônio dos Pretos são descendentes de escravos, como já foi citado da nossa ancestral ex-escrava a matriarca da maioria do moradores, iaiá Inácia m^a de Araújo, além disso, querem permanecer no quilombo, resistindo assim qualquer pressão dos invasores, pois são realmente filhos e donos das terras em questão”⁶⁷ (ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, 2005).

Também foi apresentado o Estatuto da Associação criado por Neto Salobo e outros remanescentes, apesar dessa mobilização de outros parentes que não tinham feito parte desse processo de êxodo, o movimento de retorno dos descendentes da Inácia Maria de Araújo se iniciou antes mesmo da remoção dos assentados, sendo o Moacir, esposo de Júlia, junto com o José Maria, filho da D. Ana Luiza, as primeiras pessoas a vir ocupar a área em 2008.

Primeiro foi eu, Francisco, Moacir, tio Natal e tio Chico, debaixo de um pé de árvore. Dessa viagem, o Moacir não voltou mais de lá, fez um barraquinho lá, ele foi e entrou, pode falar o que quiser, a história ali é do Moacir (JOSÉ MARIA, 2021).

Eles ocuparam uma área próxima ao *riacho da faca*, um pedaço da terra que não havia sido loteada e, aos poucos, os outros moradores foram ocupando o território. Sobre o que motivou esse retorno, nos foi dito que:

Só porque queriam vender e não tem direito de vender nem um palmo, surgiu a arrumação de quilombola. Achei bom demais, todo mundo tem fazenda nos outros lugares, dos que queriam vender, não tem nenhum aqui. (ANA LUIZA, 2019).

Resgatar o passado, sempre os velhos lutaram muito por isso aqui e com essa lei que deu direito de nós voltarmos aqui, vim para cá para resgatar o que tava esquecido. Não resolve nada mas é importante saber a história do seu povo (FRANCISCO, 2019).

Falta de lugar para trabalhar, pois lá fora não tinha. (JÚLIA, 2019).

Dona Ana Luiza reforça que o primeiro interesse pela terra era em vendê-la, todavia, ao serem informados de que não seria possível, alguns parentes desistiram da mesma, fazendo

⁶⁶ Ver foto em anexos.

⁶⁷ O presidente na época era Luiz Inácio Lula da Silva e o decreto citado é o Decreto nº. 4.887/03, em 20 de novembro de 2003.

com que apenas aquelas que tivessem interesse em residir na Comunidade permanecessem lá.

O Srº Francisco demonstra o desejo de levar adiante o legado dos seus antepassados, para que a história do seu povo não seja perdida, enquanto a Srª Júlia viu no retorno à comunidade uma chance de geração de renda.

A partir de 2008, Eudiane e seu marido, passaram a viver no território e, em seguida, a sua irmã Maria do Socorro com a família após ocuparem um lote próximo ao seu tio Antônio (Sudário), que, também passou a viver no Santo Antônio, próximo de suas sobrinhas e, por último, o Domingos (irmão da Eudinane e Maria do Socorro) passou a viver no território próximo a suas irmãs.

Na área onde residem Deusimar com a família, e Raimundo Nonato moram, também, Maria do Amparo com a família; José Araújo e João Domingo. Estes últimos resolveram, em seu retorno, ocupar a área do riacho do Santo Antônio em razão da relação de proximidade e amizade com Deusimar e Raimundo Nonato.

Na área próxima ao rio Grajaú mora Edilon, irmão da Maria do Amparo. A ocupação dessa área foi motivada pela proximidade do rio e o acesso à água, uma vez que tem uma pequena criação de gado.

No contexto desse retorno dos remanescentes, é notório que se coloca a questão da territorialidade como determinante, pois ela “designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano” (SPOSITO, 2009, p. 11)⁶⁸, evidenciando assim as características da territorialidade a partir desse processo coletivo de ocupação do território de Santo Antônio dos Pretos, com o qual se compreende a territorialidade como:

o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2007, p. 127)⁶⁹.

A rotina dos moradores que permaneceram e os retornados nos apresenta que a ocupação do território envolve uma intensa relação entre tempo e espaço, onde suas experiências na Comunidade garantem a construção de identidades a partir das condições históricas e geográficas vivenciadas.

⁶⁸ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁶⁹ SAQUET, MARCOS. A. Abordagens e Concepções Sobre Território. 1.ed – São Paulo: Expressão popular, 2007. 200p.

Na intenção de resguardar o território reivindicado, as famílias passaram a ocupar o território em vários espaços, principalmente, as áreas próximas aos limites estabelecidos como *o riacho da faca e o Rio Grajaú*, o que é motivado, também, pela facilidade do acesso à água. Os outros, que residem nas proximidades do Riacho Santo Antônio ocupam a área que está no limite das terras ocupadas pelos fazendeiros. Enfim, eles residem de um lado do riacho e do outro lado já estão as terras ocupadas pelos fazendeiros, e que são reivindicadas pela comunidade.

Entre 2008 e 2012, a situação populacional da Comunidade apresentou a seguinte configuração:

Nº	Família	Quantidade de pessoas por casa	Ano do retorno	Onde moravam antes
01	Ana Luiza	2 pessoas	2009	Grajaú
02	Francisco e Cleonice	4 pessoas	2009	Grajaú
03	Julia e Moacir	5 pessoas	2008	Grajaú
04	Eudiane e José Mauro	4 pessoas	2008	Próximo de Grajaú
05	Luciana e João Domingos	3 pessoas	Em 2012	Assentamento e Grajaú
06	Maria do Socorro e Raimundo	6 pessoas	Em 2010	Próximo a Grajaú
07	Odilon e Vera	2 pessoas	Em 2010	Próximo a
08	Deusimar e Maria do Rosário	4 pessoas	Nunca saiu	-
09	Maria do Amparo e Dudu	5 pessoas	Em 2010	Próximo a Grajaú
10	Raimundo Nonato	1 pessoa	Nunca saiu	-
11	Wellington e Jannia	3 pessoas	2009 e 2016	Santo Antônio e Grajaú
12	Antônio Barbosa (Sudário) e Maria de Nazaré	5 pessoas	Maio de 2010	Sítio Novo
13	José Araújo	1 pessoa	Agosto de 2012	Pará

TABELA 5– Retornados à comunidade entre 2008 e 2012. Fonte: Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021).

Como se pode verificar, grande parte dos retornados residia anteriormente no município de Grajaú-MA e o maior fluxo de retorno se deu entre os anos de 2008 e 2010. Outro aspecto importante diz respeito à quantidade de familiares que retornaram, totalizando 39 pessoas em contraponto aos 5 moradores que permaneceram na localidade.

Nesse contexto, a questão da autoidentificação quilombola é um processo de constante construção dentro da Comunidade, conforme se pode perceber diante dos que nos foi relatado sobre “O que é ser quilombola”:

“Eu nem sei dizer, é uma coisa que não tive costume, a gente tem respeito, eu sou quilombola porque entrei na família, da gema mesmo” (ANA LUIZA, 2019).

“É remanescente de escravos, só é quilombola quem é remanescente de escravo, quem mora aqui dentro. O verdadeiro quilombola tá morando dentro do quilombo” (FRANCISCO, 2019).

“Não sei te dizer” (JÚLIA, 2019).

Dona Ana Luiza destaca que passou a ser quilombola não por laço sanguíneo, mas pelo fato de ter casado com um neto da matriarca Iaiá Inácia e por ter sido acolhida pela comunidade, já o Srº Francisco de Assis destaca que o quilombola não é apenas aquele que é remanescente de quilombo, mas aquele que reside dentro da Comunidade; a Srª Júlia não soube explicar o que é ser quilombola, mas não é algo incomum, tendo em vista que para muitos sujeitos, esse termo é novo em seus cotidianos

Os relatos acima dialogam com a premissa de que Souza Filho (2013)⁷⁰ “outros elementos como parentesco, casamento, ancestralidade, festas religiosas, relação com a natureza, graus de pertencimento ao grupo, mobilização política, são incorporados indissociadamente, definindo a identidade étnica e estabelecendo padrões diferenciados de relações”, é nessa perspectiva que a questão de retorno ao território pode ser um aspecto de conhecimento de uma identidade que passa a ser construída, no caso, a identidade quilombola.

Nesse aspecto, o debate em torno da questão religiosa relaciona-se não apenas com a construção de uma identidade quilombola, mas também como uma estratégia de manutenção dos costumes dos antepassados, sobre as práticas religiosas, os retornados destacam o seguinte:

“Fazemos culto, maioria aqui são evangélico, toda quarta-feira tem culto. Os mais antigos morreram e levaram os costumes, mas estamos mais unidos, lutando pela terra” (ANA LUIZA, 2019).

“Aqui tem pessoas dos mesmos costumes deles, tem que se resgatar a reza, missa, festa dançante, eles gostavam de ir pra festa, fazeção de rapadura e cachaça. Os costumes estão aí, tem muita gente fazendo a mesma coisa, como a visita do Plácido” (FRANCISCO, 2019).

“Não, cada é de religiões diferentes, então não tem como. No verão vou pedir uma missa, pois não sou evangélica. Gosto daqui, no começo eu não gostava, agora eu gosto daqui” (JÚLIA, 2019).

Dona Ana deixa claro que diferente da primeira vez em que residiu no Santo Antônio, atualmente a maioria da população é evangélica. Para ela, a morte dos antigos significou o fim daquela cultura religiosa anterior, mas que estão unidos para lutarem pelo território.

Apesar das tentativas de instigar o debate sobre a existência de outras religiões na Comunidade, não foi possível identificar qualquer menção a religiões de Matriz Africana, todavia, é perceptível que o Protestantismo acaba tendo uma visibilidade maior, inclusive durante eventos como reuniões e palestras, sempre é solicitado que seja feita uma oração nos moldes da denominação evangélica.

⁷⁰ SOUZA FILHO, Benedito. **Quilombos e quilombolas**: entre o conceito e a politização semântica. Novos Cadernos NAEA: v. 16, n. 1, p. 61-78, jun. 2013. p. 123



IMAGEM 11 – Culto evangélico na Comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos em 2017. Fonte: Acervo da Comunidade. Pesquisa de campo (2019).

Já o Srº Francisco reforça a necessidade de retomar a algumas tradições dos pretos antigos, principalmente os costumes, a visita do Plácido, que foi citada, refere-se à morte do único neto de Iaiá Inácia que ainda estava vivo, ele faleceu dia 22/12/2016 e os remanescentes mesmo na maioria evangélicos, fizeram a visita de 7º dia, prática religiosa relacionada ao catolicismo, como uma forma de homenageá-lo.



IMAGEM 12 – Funeral do Senhor Plácido Paulo de Araújo em 2016. Fonte: Acervo da Comunidade. Pesquisa de campo (2019).

A Srª Julia concorda que existe uma realidade religiosa que não é mais a mesma dos “antigos do Santo Antônio” mas que ela nutre o desejo de voltar a ter missas na Comunidade, esse contexto em torno da religiosidade dentro da localidade nos aponta a existência de disparidades que fazem com que mesmo estando em um mesmo território, lutando pela terra coletivamente, os sujeitos inseridos nessa localidade possuem suas singularidades e discrepâncias, não podendo assim serem vistos apenas sob uma ótica, sem levar em

consideração suas múltiplas identidades que dialogam com a nova identidade de sujeito quilombola.

Os conflitos com os fazendeiros interferem até o presente momento na dinâmica e organização da Comunidade porque continuam a tentar desapropriar os hectares de terra onde as fazendas funcionam, ilegalmente, desde 2005.

Mas a convivência é atualmente pacífica com os que são descendentes dos fazendeiros que expulsaram os moradores, apesar da recente atuação de grileiros na localidade.

2.1 O novo desenho da ocupação territorial com os retornados

A ocupação da área em termos de moradia e produção segue o seguinte desenho: há três espaços de ocupação, e cada um desses espaços de ocupação fica distante um do outro cerca de 5 km. Ao analisar alguns arquivos da Comunidade, encontramos o seguinte desenho, que diz respeito a um mapa mental feito pelo morador Deusimar:

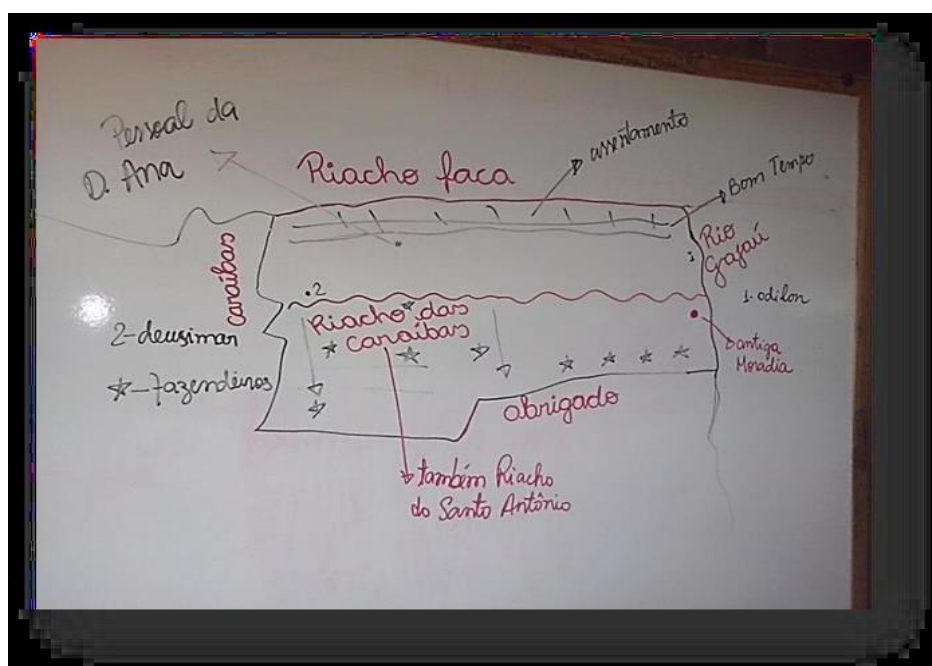


IMAGEM 13 – Mapa do território desenhado por Deusimar. Fonte: Acervo da Comunidade. Pesquisa de campo (2020).

O desenho do Sr. Deusimar segue as indicações descritas na certidão do Cartório de imóveis de 16 de novembro de 1973, já citada, no qual temos tem-se uma área com os seguintes limites: ao norte o Riacho da Faca, a leste o rio Grajaú, ao oeste uma área denominada Caraíbas, e ao sul o lugar denominado Obrigado.

O primeiro fica próximo ao Riacho da Faca, nele concentram-se a maioria dos retornados, é neste local que residem, por exemplo, Ana Luíza, Eudiane, Antônio, Francisco E Júlia este foi também o local onde houve o loteamento das 24 famílias sem terra.

As residências geralmente são de madeira ou barro, com a presença de muitas árvores ao redor das casas.



IMAGENS 14 e 15. Residências situadas nas proximidades do Riacho Faca. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021).

Compreende-se que a ocupação das famílias na área próxima ao riacho da Faca tem por intuito inibir novas ocupações e invasões na terra, sendo esta uma estratégia de vigilância dos limites da terra.

No segundo espaço de ocupação, temos 2 famílias residindo, sendo localizado nas proximidades do Riacho do Santo Antônio, também chamado de Riacho das Caraíbas, no entanto é comum quando os moradores se referem a esse espaço o chamarem de “*lá no Deusimar*”.

Vivendo nessa outra parte do território, os irmãos Deusimar e Raimundo Nonato nunca tendo saído da Comunidade, sempre moraram juntos, e quando casaram construíram suas casas próximas.

O terceiro espaço de ocupação fica localizado na beira do Rio Grajaú, e há apenas a moradia do Edilon.

Devido a área ser de retomada, atualmente, a comunidade tem se organizado, efetivamente, apenas em uma parte do território porque restante da área vem sendo ocupada por fazendeiros. A parte ocupada pelos fazendeiros compreende, principalmente, os lugares considerados históricos para o grupo, ou seja, a área em que está situado o cemitério onde estão enterrados parte dos seus ancestrais, incluindo a matriarca Inácia; o local da sede antiga e a área onde se situavam as casas no passado. Nesta área fica localizado o primeiro cemitério da comunidade, em um lugar denominado “Bom Tempo”.



IMAGEM 16 e 17 – Ruínas da antiga sede e local onde foi sepultada Iaiá Inácia. Fonte: Acervo da Comunidade. Pesquisa de campo (2020).

Manter o território como o descrito na certidão mais antiga é considerado pelos moradores como uma maneira de manter viva a história da comunidade e, também, da família porque o território guarda ainda algumas marcas dessa ocupação antes do êxodo, tais como capoeiras, que indicam antigas áreas de roça; árvores frutíferas plantadas pelos primeiros moradores reafirmando ali foi um local de moradia; e os resquícios da madeira da casa grande e das casas onde moraram os antepassados.

2.2 A organização política de luta pela terra com a chegada dos remanescentes urbanizados

O primeiro passo para a organização política da comunidade se deu com a criação da Associação de Moradores em 2005, como parte das etapas de certificação e titulação da terra. Assim, a sua fundação surgiu da demanda por uma instituição que representasse a comunidade na relação com o Estado em suas diferentes esferas: municipal, estadual e federal. Desde a sua fundação, esta Associação teve os seguintes presidentes, conforme destacado na tabela abaixo:

PRESIDENTE	TEMPO DE MANDATO
DEUSIMAR BARROS DE ARAÚJO	2005-2010
ANA LUIZA RIBEIRO DOS SANTOS	2010-2014
GENIVAL PEREIRA CRUZ	2014-2016
RAIMUNDO NONATO BARROS DE ARAÚJO	2016 – 2017
FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS ARAÚJO	2017-2021
JÚLIA DOS SANTOS ARAÚJO	2021-

TABELA 06 – Presidentes da Associação de Moradores da Comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos e o tempo de mandato. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021).

O primeiro presidente foi, justamente, um morador que já estava na Comunidade. Depois, foi a D. Ana Luiza que assumiu, e apenas a gestão de Genival não foi de um remanescente ou morador, mas sim de uma pessoa que inicialmente atuou como gerente de terras no processo de organização da comunidade.

Depois, Raimundo Nonato, irmão de Deusimar assume, ficando apenas 01 ano e nas últimas duas eleições, quem presidiu a comunidade foram 02 remanescentes urbanizados, filhos de Ana Luiza.

As eleições são realizadas de acordo com o *Estatuto da Associação*,⁷¹ registrado em dezembro de 2016. A motivação para criação foi o fortalecimento da luta pela terra. No primeiro momento o entendimento foi o de convocar todos os parentes para formarem a associação e assim fortalecer a comunidade.

O Estatuto tem um papel importante na Comunidade, por ser o documento norteador para o convívio entre os associados, o mesmo tem como critério que para estar associado, é necessário que se more na Comunidade e seja maior de 18 anos, porém, a maior parte dos

⁷¹ Ver primeira página do Estatuto nos anexos.

membros associados não reside na comunidade, o que demonstra que, na prática, o critério estabelecido é o vínculo de parentesco, ou seja, o mesmo critério utilizado para definir quem faz e quem não faz parte da comunidade e quem tem direito a morar na terra.

Entretanto, em conversa com o Srº Francisco de Assis (2019) ele nos relatou que no fim de agosto de 2016, houve eleição para a gestão da Associação de Moradores e insatisfeitos com a gestão anterior, os moradores organizaram-se de maneira a eleger representantes que residissem no território; uma vez que na gestão anterior, o fato do presidente residir na sede do município e os outros representantes da diretoria também não residirem no Santo Antônio, causava incômodos aos moradores.

Além disso, nos foi relatado que os membros da associação que não residiam na comunidade queriam determinar quais espaços podiam ser ocupados no território tendo, inclusive, alguns dos associados que não residem no território, separado e cercado lotes na terra sem os ter ocupado.

Após a eleição de 2016, ficou definido que apenas moradores da Comunidade poderiam se candidatar como presidentes e que remanescentes não-associados, tinham apenas direito a voz nas decisões e não a votarem.

Ainda sobre a Associação da comunidade, são realizadas reuniões, mensalmente, para discutir os problemas da comunidade e os benefícios que estão sendo destinados para a sua manutenção, tendo em vista que muitos membros da comunidade saem para a zona urbana em busca de emprego e melhores condições de vida.

Voltando aos remanescentes que fazem parte da pesquisa, eles apontam alguns instrumentos utilizados pelos moradores da Comunidade para a garantia da titularidade da terra:

A associação, ir no INCRA para tirar o pessoal, 24 posseiros aqui, quem vendeu fizemos desmanchar, o relatório da antropóloga (Ela tirou retrato da gente, de casa, de roça e tá trabalhando para nós ficar com a terra nosso, só não pode vender, queria fazer algum projetozinho. (ANA LUIZA, 2019).

Fundamos a associação dos negros com ajuda do INCRA, que é o nosso maior mentor. Agora a antropóloga tá fazendo o trabalho dela para resgatarmos o restante da terra, nosso tio Plácido que ajudou. (FRANCISCO, 2019).

Morando aqui, não saindo, pois o que precisa é permanecer aqui. (JÚLIA, 2019).

Os remanescentes, Dona Ana e Srº Francisco, destacaram a importância do INCRA para que a Comunidade lute pelos seus direitos, bem como, foi imprescindível que ela se organizasse em forma de Associação. Nesse contexto, não é demais sublinhar a importância da antropóloga que realizou a pesquisa do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) porque é mencionada e vista pelos entrevistados como uma aliada.

Segundo o INCRA (2017)⁷², o RTID é o resultado dos trabalhos realizados pelo grupo técnico interdisciplinar - agrônomo, antropólogo, cartógrafo, técnico de cadastro, dentre outros servidores – a fim de identificar e delimitar o território quilombola que está sendo reivindicado pelos remanescentes; levando em consideração aspectos como: informações agrônômicas, antropólogas, cartográficas, fundiárias, econômicas, históricas.

Além disso, o RTID é composto pelas seguintes peças: 1) relatório antropológico; 2) planta e memorial descritivo do perímetro territorial; 3) mapeamento e indicação das áreas e ocupações do entorno da área; 4) cadastramento das famílias; 5) levantamento fundiário dos documentos e dados dos imóveis inseridos no território reivindicado, bem como os dos proprietários e posseiros; 6) relatório agroambiental; 7) detalhamento da situação fundiária e da sobreposição de outros interesses estatais; 8) pareceres conclusivos no âmbito técnico e jurídico (INCRA, 2017)⁷³.

A Sr^a Júlia considera relevante que o morador permaneça na terra para assim poder lutar por ela. Na Comunidade, a questão da infraestrutura e a demora na titulação da terra acaba fazendo com que muitos remanescentes precisem se mudar ou trabalhar durante a semana na cidade, a fim de garantir seu sustento.

A resistência é um elemento visível na comunidade em prol da busca por melhores condições de vida. Atualmente a Comunidade está com um prédio escolar e um posto de saúde sendo construídos⁷⁴, tais conquistas depois de décadas se baseiam no sentimento coletivo de lutar por melhorias, todavia:

ao mesmo tempo em que as reivindicações crescem, há também o risco eminente de fragmentação do próprio movimento, pela heterogeneidade das situações e pelas idiosincrasias reveladas em seu interior e que são, em parte, próprias do processo político em que se inserem esses movimentos sociais (LEITE, 2010, p. 23)⁷⁵.

Tal afirmativa nos leva a compreender que mesmo dentro da luta pela terra pode haver conflitos de interesse ou disputas internas, não sendo algo exclusivo dessa comunidade, ao mesmo tempo que com o avanço feroz do capitalismo no espaço rural, através do agronegócio, a Comunidade é atingida passa a ser um alvo em potencial, o que acaba incentivando com que os moradores e remanescentes desenvolvam inúmeras estratégias de

⁷² INCRA. **REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA**: Perguntas & Respostas. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: 17/08/2021.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ LEITE, Ilka Boaventura. **Humanidades Insurgentes**: Conflitos e Criminalização dos Quilombos. IN: _____. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

⁷⁵ Ver fotos das construções nos apêndices.

resistência, inclusive através da manutenção de algumas tradições.

Nesse sentido, algo que nos releva essa relação com a tradição dos pretos antigos do Santo Antônio é o processo de “Bater e assoprar arroz” principalmente por incentivar a solidariedade entre os parentes.

No caso, geralmente durante o mês de abril durante a colheita de arroz, um parente chama os demais para lhe ajudar a bater e assoprar a sua produção recém cortada, com o intuito de que sua produção possa ser devidamente ensacada e armazenada; quando o outro parente for bater e assoprar o seu, o que bateu e assoprou primeiro vai lhe ajudar.



IMAGENS 18 E 19– Bateção de Arroz em 2018. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2019-2021).

Outra tradição que contribui para o estreitamento das relações de parentesco é a troca de diárias e conta com o trabalho dos núcleos familiares mais próximos e de outros parentes que moram mais distantes, quando a roça é muito grande.

A troca de diária funciona da seguinte forma: A troca de diária funciona da seguinte maneira, trabalha-se o dia (que corresponde a uma diária) na roça de algum parente, e como pagamento este parente irá trabalhar também um dia na sua roça.

A produção de farinha ainda é um ofício que foi aprendido pelos descendentes de Iaiá Inácia e é colocado em prática pelos moradores da Comunidade, bem como fabricação de canoas⁷⁶.

A manutenção dessas práticas agrícolas que ainda se assemelham com as que eram feitas antes do êxodo, com a utilização do trabalho familiar como a mão-de-obra, com isso,

⁷⁶ Ver fotos nos anexos.

pode-se afirmar que mesmo saindo da terra, os remanescentes ainda trouxeram a partir da memória, as práticas do cotidiano dos primeiros moradores.

Além disso, a divisão sexual do trabalho que existia antes do êxodo, ainda se faz presentes em algumas atividades da Comunidade, como por exemplo, na bateção de arroz não há a presença feminina; para as mulheres fica a responsabilidade de preparo da comida para os homens do seu núcleo familiar e os parentes que se propuseram a ajudar. Em contraponto, nas atividades implantadas recentemente na Comunidade, tais como o cuidado com as hortas, homens e mulheres se ajudam de forma mútua.



IMAGEM 20 – Horta familiar de Cleonice e Francisco. FONTE: Prefeitura Municipal de Grajaú. 2021.

As hortaliças produzidas juntamente com a produção de arroz, banana, feijão e mandioca são vendidas na cidade e localidades vizinhas e a Comunidade também foi contemplada em programas de aquisição de alimentos pelo Governo Municipal e Estadual, a serem distribuídas em escolas da região.

3 O RETORNO DOS REMANESCENTES URBANIZADOS SOB O OLHAR DOS QUE PERMANECERAM

Para este capítulo, torna-se essencial apresentar os caminhos que foram percorridos para essa etapa. Neste se considera fundamental situar o contexto no qual se processou a escolha de alguns moradores em permanecerem na Comunidade e de outros em saírem desta mesmo que mantendo laços com a terra e, por isso mesmo, retornando a ela numa conjuntura favorável, mas, com uma experiência de vida diferenciada em relação aos que ficaram gerando, assim, um quadro de tensão aqui examinado.

3.1 “NÓS SOMOS A RAÍZ” - As relações de parentesco e pertencimento dos que ficaram

Vivendo em uma parte do território – distante cerca de 1:20 h a pé de onde moram os remanescentes urbanizados (nas proximidades do Riacho Faca) – estão os irmãos Deusimar e Raimundo Nonato, considerados como aqueles que nunca saíram do local que é conhecido como “Fazenda Barra do Santo Antônio”.

A Barra do Santo Antônio é a localidade mais próxima de onde os pretos antigos moravam tendo como fronteira, o cemitério e as fazendas envolvidas no processo de titulação. Conforme o seu Deusimar, a mudança para este local se deu “por causa de uma praga de capivara que comia as roças tudinha, eu combinei com o Raimundo Nonato: Vamos saí daqui” (DEUSIMAR, 2021). Em reforço, a este argumento o seu Raimundo Nonato sublinha que “na década de 80, viemo pra cá” (RAIMUNDO NONATO, 2021).

O senhor Deusimar e Raimundo Nonato são irmãos e perderam os seus pais e avós ainda crianças. Por isso, eles foram criados pelos filhos de Inácia, isto é, os seus tios-avós. O senhor Deusimar tem 59 anos, é casado, com 3 filhos (apenas 1 ainda mora na Comunidade) e, atualmente, possui um pequeno mercadinho e um bar em sua residência, mas, já atuou como professor e agente comunitário de saúde.

O senhor Raimundo Nonato, por sua vez, tem 61 anos, não é casado e não possui filhos. É agricultor e auxilia seu irmão no bar e no mercadinho.



IMAGEM 21– Raimundo Nonato (De rosa), Deusenir (filha de Deusimar), Maria do Rosário (esposa de Deusimar) e Deusimar (De camisa laranja) e família. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo (2021).

Tanto Deusimar quanto Raimundo Nonato nos ajudam a compreender o processo de ocupação do território antes e depois do êxodo, por nos trazerem o olhar de quem resistiu, permaneceu tornando-se em sujeitos históricos essenciais, inclusive para o processo de titulação da terra. Devido às limitações de acesso à internet para contactá-los, se decidiu fazer r no dia 19 de setembro de 2021, uma árdua caminhada de 1:20 h, até os mesmos, sob o sol escaldante de uma tarde de domingo.

Durante o trajeto, foi possível conhecer alguns pontos que já tinham sido apresentados pelos remanescentes, como a conhecida “Ladeira da Ponta Vermelha”, citado por eles como o local onde o gado dos pretos antigos ficava quando era solto e a estrada que liga o Cemitério às fazendas e a Barra do Santo Antônio⁷⁷.

Ao final do percurso, chegamos à residência de Deusimar: Uma casa feita de madeira, coberta com telhas brasilit e palha, por ter energia elétrica, há alguns eletrodomésticos, contrastando com uma mala e um baú antigo de couro, que Deusimar nos apresentou como herança deixada pelos antigos. Há ainda um pequeno espaço do lado da moradia, com alguns bancos de madeira. Segundo nos foi relatado, neste espaço ocorrem as celebrações religiosas e festas.

⁷⁷ Ver fotos nos apêndices.



IMAGENS 22 E 23. Residência de Deusimar e família. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo. Pesquisa de campo (2021).

Sentados nestes bancos de madeira que Deusimar e Raimundo Nonato decidiram revisitar suas memórias sobre o Santo Antônio dos Antigos e apresentar através da oralidade suas inquietações com as mudanças do presente. Deusimar primeiramente nos diz sobre as propostas que já recebeu para morar na cidade de Sítio Novo, que inclusive um amigo chegou a ceder uma casa, mas que ele não se acostumou, porém fala com orgulho do seu filho ter ido embora, pois segundo ele:

Sentados nestes bancos de madeira, Deusimar e Raimundo Nonato decidiram revisitar suas memórias sobre o Santo Antônio dos Antigos e apresentar através da oralidade suas inquietações com as mudanças do presente. Deusimar, primeiramente, nos diz sobre as propostas que já recebeu para morar na cidade de Sítio Novo inclusive, um amigo chegou a ceder uma casa, ele não se acostumou. Porém fala com orgulho do seu filho ter ido embora, nestes termos - pois segundo ele: “meu filho foi pra lá e gostei sabe por quê? Vivia que na beira do abrigado só sabia quebrar a bicicleta e no meio daqueles pixotes⁷⁸. Aí o que que acontece? Ele ia pegar a mesma área que a pixotada tava pegando” (DEUSIMAR, 2021)

Diferentemente dos remanescentes urbanizados que têm a cidade de Grajaú como referência, a cidade de Sítio Novo é bastante citada pelos irmãos como o lugar onde eles compram as mercadorias para abastecer o mercadinho e para consultas médicas. Isso talvez se justifique pelo fato de que até meados da década de 1990, a localidade “Barra do Santo

⁷⁸ O mesmo que rapazote, moleque.

Antônio” era considerada parte do espaço geográfico do município de Sítio Novo, conforme nos apontam alguns documentos apresentados por Deusimar⁷⁹:

Conversando com Deusimar sobre as cerimônias de casamento e batizados realizados na comunidade, ele nos relatou a maior parte dos documentos paroquiais da Comunidade ainda estão ligados à Sítio Novo, mas que ele pretende resgatar os registros de batismo e casamento ocorridos quando seus tios avós ainda eram vivos.

Ele não soube dizer a quantidade exata de batizados e casamentos ocorridos na Comunidade e não foi possível localizar registros mais completos. Todavia, nos foi relatado por ele os casamentos geralmente ocorriam entre moradores e pessoas do entorno, o casamento entre primos não era algo tão comum, sendo apenas o seu casamento com a primeira esposa o que ele tem de lembrança.

Um detalhe que nos chamou a atenção é a tentativa dos moradores de ainda manterem algumas tradições realizadas pelos filhos e netos de Iaiá Inácia, como as missas anuais, também chamadas de “desobrigas”, um evento de grande relevância para a Comunidade.

As desobrigas se caracterizavam como momentos de festa no sertão, as reuniões sociais onde os vigários andavam de um lugar para outro, realizando missas, batizados, casamentos e confissões (SANTOS, 2010).

É motivo de orgulho para eles as grandes missas realizadas na comunidade e a denominam como “tradição que minha nossa família tinha há cem anos; pode ir nos arquivos da igreja, aqui não saiu um sem casar”, as missas eram o grande acontecimento da Comunidade, eram realizadas anualmente e eram a oportunidade de se realizar batizados e casamentos.

A última missa foi realizada em 2019 na casa de Deusimar e contou com a presença de muitos retornados e parentes vindos de outras localidades.

⁷⁹ Ver documentos em anexos



IMAGEM 24 – Última missa realizada na Comunidade. Fonte: Arquivo pessoal de Deusimar Barros de Araújo. Pesquisa de campo (2021).

As narrativas trazidas pelos irmãos demonstram uma aparente harmonia religiosa entre católicos e protestantes, Raimundo Nonato se denomina como evangélico da Igreja Universal e afirma que “eu não tenho preconceito com religião” e Deusimar pontua que “que placa de igreja não salva ninguém” e reforça que em sua casa, cultos e missas são bem-vindas; todavia, não há qualquer citação de religiões de matriz africana dentro da Comunidade.

Nesse aspecto, pode-se considerar que a questão religiosa na Comunidade Santo Antônio dos Pretos tem papel determinante para o entendimento acerca da própria organização territorial, tendo em vista que até a década de 1970 (antes do êxodo), a população da localidade era majoritariamente católica.

Mas hoje grande parte dos retornados a partir de 2005 ao terem contato com outras denominações religiosas, tornaram-se evangélicos⁸⁰ trazendo uma nova dialética de relações moldadas pelo discurso religioso, inclusive com a existência de espaço físico voltado para a realização dos cultos dos membros da comunidade, bem como, uma forte participação de lideranças como pastores e presbíteros em eventos sociais como aniversários e reuniões mensais da Associação de Moradores, ao mesmo tempo que aqueles que permaneceram católicos, tentam desenvolver estratégias em prol da manutenção dos seus credos.

Foi perceptível nas falas que o conceito de “tradição” está diretamente relacionado com os conhecimentos adquiridos a partir do contato com os pretos antigos. O que se reforça quando afirmam que:

⁸⁰ A comunidade tem uma forte presença de membros da “Assembleia de Deus”, considerada a maior denominação de cunho pentecostal no mundo.

“Eu sei fazer rapadura, é tradição antiga, tava botando cabo no machado aqui; rapaz, tu quer saber! Botar um problema no machado, eu sei fazer” (RAIMUNDO NONATO, 2021)

“(…) quando eu era pequeno a nossa cultura era moer cana, comer rapadura, plantar cebola, era plantar até fumo, ninguém comprova nós plantava tudo na época” (DEUSIMAR, 2021).

“Depois eu vou te mostrar onde o Tio João fazia as canoas” (DEUSIMAR, 2021)

Considerando a habilidade dos mais velhos com engenhos de cana-de-açúcar, no qual fabricavam rapadura e vendiam para os comerciantes de Grajaú, como também a agricultura e pesca é possível compreender de que maneira a fabricação dos próprios utensílios, como machados e canoas, bem como a forte presença da Agricultura Familiar, com o plantio de arroz, feijão, mandioca e milho⁸¹, principalmente, ainda se apresentam como uma dinâmica ancestral reproduzida na Comunidade.

No decorrer da conversa, um assunto foi tocado pelos irmãos: A morte de Pedro Paulo, que de acordo com o que nos foi relatado, ocorreu em 1996 e se relaciona justamente com os conflitos encabeçados por Marica Barros, no qual:

vieram aqui, chamaram a polícia, levaram ele, nós tava aí, quando eles chegaram lá, quando foi lá outro dia disse que lá ofereceram uma comida, ofereceram a bebida, o Felipe não bebeu; só o Pedro Paulo, aí ele já chegou e adoeceu: Deu um suor, uma agonia, um negócio, quiseram levar ele pro hospital.

Cheguei lá, ele tava adoentado, aí ele me contando o acontecido, quanto tava 3 dias ele chegou aqui e morreu, o pessoal fala que foi venenou" (RAIMUNDO NONATO, 2021).

De acordo com o que nos foi colocado, por medo de retaliações, não houve sequer um boletim de ocorrência, a sensação de impunidade sempre foi vista como um grande dilema, considerando a demora na resolução do problema com os fazendeiros.

3.2 Uma análise de possíveis conflitos e cisões

No tocante às vivências obtidas entre a saída dos remanescentes e o seu posterior retorno, décadas depois, torna-se importante evidenciar essa relação entre permanentes e retornados, principalmente considerando os processos de renúncias e perdas que Deusimar e Raimundo Nonato passaram. Sobre isso, nos é apresentado um pouco das dificuldades e de como se deu o sentimento dos irmãos com a saída dos outros parentes:

⁸¹ Informação baseada nas conversas com Deusimar e Raimundo Nonato (2021).

“Estamos sofrendo hoje, você hoje está aqui... nós pegamos do sofrimento. Muita gente saiu daqui, porque fazendeiros ficavam comprando ou trocando por nada, mas eu nunca vendi e nem me vendi, sempre eu e o Raimundo Nonato preservamos o nosso lugar, e até hoje eu não estou de plano sair daqui não” (DEUSIMAR, 2021).

“Somos sofrido, porque nós fumo criado sem pai e sem mãe. A nossa mãe morreu eu tava com 8 anos e o Deusimar estava com 7 anos. Meu pai quando morreu eu tava com 15 anos, terminamo de se criar pelos outros, e nós nunca se separamo daqui, num teve como nós sair daqui, porque num tinha jeito de nós sair” (RAIMUNDO NONATO, 2021).

É notório que esse rompimento abrupto com alguns familiares foi decisivo para as definições das trajetórias vida dos moradores que permaneceram, os quais por serem órfãos não tiveram as mesmas oportunidades de saírem da terra, tendo que conviver desde muito novos com os conflitos e com a sensação de insegurança. Sobre o retorno dos remanescentes, Deusimar expõe o seguinte ponto de vista:

“Se fosse mais perto todo mundo, né? É uma família distanciada, o que era bom era pra ser todo mundo mas nós vamos fazer um encontro da família Araújo mas o pessoal ficar ficou assim, todo mundo mais perto ia ser bom demais. E eu sinto assim sabe o que minha filha? nós reparamos. Com todo o respeito” (DEUSIMAR, 2021).

A questão da distância entre as moradias dos remanescentes e permanentes é vista como um ponto negativo para o convívio, especialmente pelo fato de que não há um interesse na construção de uma sede, em formato de vila – o que resolveria o problema da distância e tornaria as residências mais próximas umas das outras. Além disso, o fato de as reuniões mensais da Associação serem apenas no local onde ficam os remanescentes urbanizados, também gera algumas inquietações, pois:

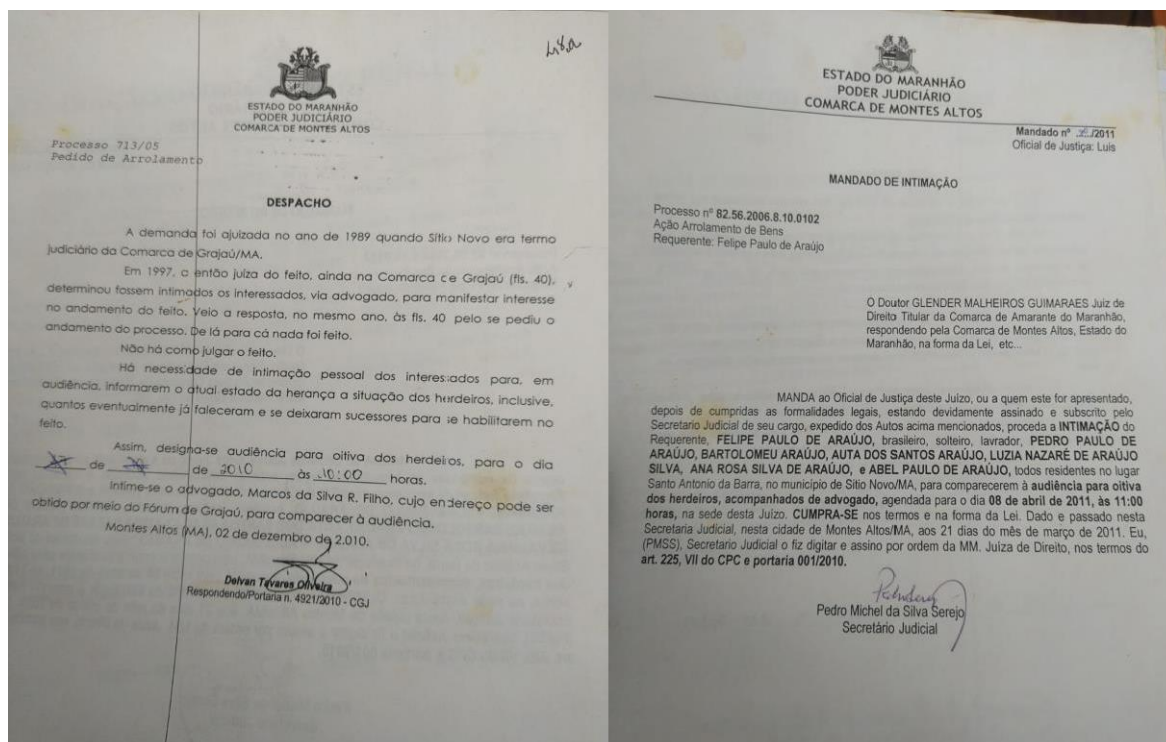
“quando Francisco assumiu, eu chamei e conversei pra ser uma reunião aqui, outra lá, não aconteceu” (DEUSIMAR, 2021).

Tal reivindicação se explica pelo fato de que a Associação teve como primeiro presidente justamente Deusimar, que ainda guarda as convocatórias de reuniões que eram realizadas em uma localidade próxima ao Santo Antônio antigo⁸², a partir da gestão de Dona Ana, as reuniões começaram a ser realizadas em sua casa e são mantidas lá até hoje, mesmo com seu falecimento.

Um outro ponto que nos chamou bastante a atenção refere-se a dois documentos que fazem parte do acervo de Deusimar: O primeiro diz respeito a um despacho onde se relata que em 1989 houve o pedido de ajuizamento para o reconhecimento dos descendentes de Iaia

⁸² Ver em anexos.

Inácia como herdeiros da localidade, e o segundo é uma convocatória para oitiva de herdeiros de alguns pretos antigos do Santo Antônio - inclusive o pai de Deusimar e Raimundo Nonato não é citado, o que gera algumas insatisfações dos dois, conforme veremos posteriormente.



IMAGENS 25 e 26 – Despacho e intimação judicial. Fonte: Arquivo pessoal de Deusimar Barros de Araújo. Pesquisa de campo (2021).

Os dois documentos judiciais são datados de 2010 e 2011 e estão relacionados aos processos judiciais encabeçados pelos netos de Iaiá Inácia, que diante da morte de Gil e Elpidés e com o avanço dos fazendeiros a partir de 1979, começaram a se organizar por meios jurídicos para a manutenção da posse da terra.

Considerando que as tensões entre fazendeiros e moradores da Comunidade existem desde meados da década de 1970, estes documentos nos levam a problematizar sobre as implicações nocivas da demora de decisão judicial sob terras que se encontram em disputa, especialmente quando se trata de povos e comunidades tradicionais.

Quanto à exclusão do pai de Deusimar e Raimundo Nonato do processo de reconhecimento dos herdeiros, existe a reclamação de que:

“Tinha morrido todo mundo, aí sabe o que fizeram, esse documento! Meu pai para nós tirar a certidão de óbito dele, nós tinha que botar o advogado e passar para 20,30 anos. É aí que essa vergonha começou, era para entregar 200 hectares de terra para nós e os outros ele [Felipe] pegou e deu de presente e nós ficamos de volta à obra de

novo mas também de qualquer ação, era para estar nosso lugar dividido, fazendo nosso serviço (DEUSIMAR, 2021).

“Não inventariaram pros outros, aí com a lei dos quilombolas, todo mundo tem direito;
Se tivesse inventariado, ficava só pro pessoal da família” (RAIMUNDO NONATO, 2021).

Deusimar deixa bem claro que considera ruim terem que estar numa Associação para garantir seu lote de terra, pois eles não foram contemplados quando os seus tios-avós decidiram dividir a terra para alguns herdeiros, mesmo eles também morando na localidade. Para ele, o seu lote e o de Raimundo Nonato não deveriam estar dentro do processo de titulação da terra, garantindo assim que eles tivessem título de terra individual, como trabalhadores rurais.

Ao mesmo tempo que existe certa resistência justamente com a ideia de que ao se declarar “herdeiro” ou “descendente” qualquer pessoa tenha direito à terra. Apesar disso, Deusimar relata um pouco sobre o que motivou o início do processo de titulação:

“Tá desse jeito porque quando a princesa Isabel libertou os escravos, nos deixou uma lei assinado, A Lei Áurea, quer dizer, assinado com caneta de ouro e esse documento nós foi libertado essas mas pra ter um padrão de vida melhor. E nós ficamos sendo escravo, em dois mil e três, Gilberto Gil naquela época ministro, ele foi e desengavetou e tirou isso. Aí foi a época que eu fui para São Luís, fui o presidente fundiário, entramos com um pedido na justiça; criamos uma associação para que nós pudesse resgatar o nosso direito de viver num padrão melhor” (DEUSIMAR, 2021).

Ao discorrer o processo de titulação da terra relacionando com a Lei Áurea, Deusimar nos aponta justamente a premissa de que as condições de vida da população escravizada e seus descendentes continuaram precarizadas mesmo no pós-abolição e que o reconhecimento e titulação de terras remanescentes de quilombo é uma maneira de reparar séculos de negação de direitos.

Deusimar fez questão de manter guardada uma cópia do Decreto 4.887 que ele conseguiu na época que foi presidente da Associação e mostra sublinhado o inciso I⁸³ do documento, que estabelece, que é o papel do INCRA nos processos de identificação, reconhecimento e delimitação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos, destacando ainda que:

“num tô ruim do juízo não, aí esse decreto aí era pra nós receber essa terra e era com trinta dias. Tá escrito bem no decreto o tempo que o Incra e era pra entregar pra nós e hoje nós tamo. Nós tava e hoje nós tamos suando a camisa, foi preciso criar uma

⁸³ Ver imagem nos anexos.

Associação, essa associação nossa é para que ele, o INCRA, entrasse com um pedido pro Governo demarcar e entregar o nosso território, nós ficar com o direito aqui e não é preciso nem ficar nessa bagunça que nós tamo hoje” (DEUSIMAR, 2021).

Desse modo, evidencia-se que há um entendimento sobre as etapas do processo envolvendo a titulação do território de Santo Antônio, ao mesmo tempo que existe um sentimento de insatisfação diante da demora, que é considerado por eles como responsabilidade do INCRA e do atual governo.

No decorrer da conversa, foi possível compreender ainda que conforme as pessoas foram saindo da Comunidade e os mais antigos foram morrendo, os conflitos foram se tornando mais sutis, surgindo inclusive uma relação de parceria com um dos fazendeiros: O senhor Domingos Arruda, que devido a questão de deslocamento, ajuda com o transporte das mercadorias e também com outras necessidades.

Dessa maneira, há entre os irmãos o sentimento de que não é necessário retirá-lo de dentro do território, pois ele é o "fazendeiro aqui dentro que mais ajuda nós; eu sou a favor assim, ele estando junto com nós, tudo bem, aqueles que atentam eu não gosto não” (DEUSIMAR, 2021), o que vai de encontro com os interesses de grande parte dos retornados, que considera importante que todos os fazendeiros saiam, o que já nos aponta mais uma possível cisão.

Por outro lado, o retorno dos parentes possibilitou o estabelecimento dos vínculos, pois antes de reocuparem o território alguns moradores tinham um contato esporádico ou inexistente; fazendo com que mesmo sabendo uns dos outros, não tinham um sentimento de parentesco, alguns parentes, principalmente aqueles que não se mudaram para Grajaú, só tiveram o estabelecimento de um contato com Deusimar e Raimundo Nonato por ocasião das primeiras reuniões realizadas na Associação, demonstrando que a luta pelo território é importante no processo de “reconstrução” do grupo, na manutenção de sua unidade, inclusive a unidade entre os núcleos familiares.

CONSIDERAÇÕES

Pensar a trajetória sóciohistórica em torno da Comunidade Santo Antônio dos Pretos está intrinsecamente relacionada com o pensar sobre a minha própria trajetória enquanto uma remanescente que durante uma parte considerável da sua vida conviveu com o apagamento da sua origem.

Esse apagamento que não se constitui com algo isolado quando se evidencia a escassez de uma historiografia em torno das Comunidades Negras do Centro-Sul do Maranhão com a existência de historiografia tradicional que narra os “grandes acontecimentos” da Região pela ótica da elite, dos senhores que enriqueceram às custas da subjugação indígena e negra, reforçando uma narrativa eurocêntrica, branca que sempre negligenciou os “protagonistas anônimos da História” (VAINFAS, 2002).

Uma dessas protagonistas é Iaiá Inácia – fundadora da Comunidade – cuja trajetória dialoga com sua identidade relacionada com um passado de ex escravizada e a identidade construída no Pós-abolição junto com seus filhos enquanto uma mulher livre, na década de 20 ela conseguiu comprar uma porção de terra, fruto de anos de trabalho e renúncia em fazendas da região e desenvolveu naquela localidade, uma forma muito específica de organização, autônoma e que contrastava com a realidade escravagista outrora vivenciada.

Mesmo com sua morte, os filhos e netos continuaram seu legado e mantiveram vivo o vínculo com o território. Nesse momento, diante do avanço do latifúndio na década de 70 alicerçado com mecanismos legais que não tinham o campesinato como prioridade, a Comunidade passou a sofrer intensas violências que motivaram a saída de muitas pessoas.

Conforme os moradores mais antigos foram morrendo, a terra foi sendo invadida por fazendeiros interessados na fertilidade do solo e pela proximidade com o Rio Grajaú, o que empurrou os moradores que restaram (os irmãos Deusimar e Raimundo Nonato) para pontos mais longínquos e lhes tirou o direito de caminhar livremente sobre seu território ancestral, ao mesmo tempo que havia a destruição dos vultos que mostravam a quem a terra pertencia.

Dos moradores que saíram, João Mendes (neto de Iaiá Inácia) é um deles, juntamente com sua esposa Ana Luísa e seus filhos ele saiu da Comunidade fugindo dos conflitos e em busca de uma qualidade de vida melhor. Morando na cidade de Grajaú, ao mesmo tempo que ficou a possibilidade de uma reconstrução de suas trajetórias longe das dificuldades existentes no Santo Antônio, as lembranças da vida na Comunidade nunca se perderam.

Os filhos de João e Ana cresceram e se tornaram adultos e a saída abrupta da Comunidade impôs uma outra identidade: **A identidade ligada à cidade**. Vivendo na cidade de Grajaú, os herdeiros de João passaram por outros processos identitários, contribuindo por exemplo, para a adesão ao protestantismo da esposa e alguns filhos e o estabelecimento de novos núcleos familiares que tiveram muito pouco contato com os parentes do Santo Antônio que não saíram da terra.

Em 2005 motivados pelo irmão de João, o Srº Plácido que buscava recuperar uma parte da terra que havia sido repassada pelo INCRA, alguns familiares, especialmente D. Ana e alguns dos seus filhos decidem retornar gradualmente à Comunidade, agora partindo de uma outra identidade que lhes foi colocada: **A Identidade Quilombola**.

Essa nova identidade se apresenta tanto para remanescentes como para moradores que já estavam na localidade como a alternativa mais viável para a retomada da posse integral da terra. Acreditando que o processo de titulação não seria demorado, a autodeclaração como quilombola passou a ser parte da realidade de remanescentes retornados e moradores, dada a conjuntura de que:

As comunidades remanescentes de quilombos, para serem reconhecidas, precisam em primeiro lugar se auto-definirem como remanescentes de quilombos. Ao fazer isso, estão assumindo também os valores de seus ancestrais negros, ou seja, uma identidade negra, e como mostra Dilmar Francisco(2006:124), a identidade só existe “como identificações decorrentes de eventos, acontecimentos, sobre-ventos e adventos”. A formação de uma comunidade quilombola é um evento⁸⁴ (ALMEIDA; SILVA, 2009, p. 01).

Nesse contexto as territorialidades existentes entre retornados e os irmãos que permaneceram trouxe novas configurações à Comunidade, agora autodeclarada como Quilombola. Primeiramente em relação à ocupação espacial da localidade: Os retornados ficaram na beira do Riacho Faca, enquanto os moradores continuaram na outra extremidade, próximos ao Riacho Santo Antônio, o que implica uma barreira na construção de uma vida coletiva conjunta, sendo que as reuniões da Associação de Moradores são realizadas apenas no local onde os retornados moram fazendo com que os moradores mais antigos sempre tenham que se locomover, geralmente a pé, para poderem participar.

Desse modo, a organização política da Comunidade através da presidência da Associação de Moradores é um elemento que aponta possíveis cisões: Ocupada quase que majoritariamente pelos remanescentes urbanizados principalmente por serem núcleos

⁸⁴ ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de; SILVA, Rosalia de Jesus Castro da. Os "Novos quilombos": estudo histórico sobre o processo de identidade das comunidades remanescentes de quilombos da Baixada e do Litoral norte do Estado do Maranhão. In: XXV **Simpósio Nacional de História: História e ética**, 2009, Fortaleza - CE.

familiares com um número maior de componentes, isso interfere no pouco peso dos moradores que permaneceram na tomada de decisões.

A dinâmica religiosa na Comunidade também tem suas divisões, o núcleo dos retornados tem um grande número de pessoas protestantes; enquanto dos demais moradores, a religião predominante é o catolicismo, a ausência de pessoas que se autodeclarem como praticantes de religiões de Matriz Africana é um fator que chama bastante a atenção.

Entretanto, é perceptível que apesar das discrepâncias a luta em prol da titulação da terra é um fator que potencializa uma territorialidade voltada para a proteção ao território, com o qual:

(...) compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2009, p. 8)⁸⁵

Nas práticas religiosas, na lida diária da roça, na manutenção da tradição oral dentro da Comunidade, se estabelece uma tentativa de não deixar com que a história do Santo Antônio se perca; sendo essencial as vivências dos irmãos Deusimar e Raimundo Nonato para a compreensão acerca dos acontecimentos em torno da saída e retorno dos parentes, cabendo destacar que eles que tomaram para si a responsabilidade de segurar a terra, o que permitiu com que os demais parentes pudessem um dia voltar.

Em meio ao avanço feroz do latifúndio e do agronegócio, com as incertezas trazidas pelo atual governo acerca das titulações de terras quilombolas, rememorar a história da Comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos parte da necessidade do fortalecimento de uma identidade ressignificada a partir de um passado comum, no qual os laços de solidariedade e uso coletivo da terra nos mostra uma outra forma de vida, uma outra estrutura política que torna os historicamente oprimidos finalmente construtores de sua própria história.

⁸⁵ SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berto de. “Os quilombos e as novas etnias”. In: LEITÃO, Sérgio (Org.) **Direitos territoriais das comunidades quilombolas rurais**. São Paulo: ISA, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berto de. “Terras de Preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito”. **Revista Humanidades**, Brasília, UnB, Nº 15, 1988, p. 42-48.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berto de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ALMEIDA, Eliane do Sacramento de; MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. História Oral, comunidade quilombola e preservação da saúde: Narrativas e rememoração. In: _____ **X Encontro Regional Nordeste de História Oral – História Oral, Educação e Mídias**. Salvador-BA: 2015.

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de; SILVA, Rosalia de Jesus Castro da. Os "Novos quilombos": estudo histórico sobre o processo de identidade das comunidades remanescentes de quilombos da Baixada e do Litoral norte do Estado do Maranhão. In: **XXV Simpósio Nacional de História: História e ética**, 2009, Fortaleza - CE.

AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Usos & abusos da história oral** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de, 1922- **A questão do território no Brasil** / Manuel Correia de Andrade. – 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, Maristela Paula. **De pretos, negros, quilombos e quilombolas: notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos**. Boletim da Rede Amazônica, ano 2, n. 1, mar. 2003.

ANTONACCI, M. A. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2013.

ARAÚJO, Daisy Damasceno. **“Aê meu pai quilombo, eu também sou quilombola”**: o processo de construção identitária em Rio Grande – Maranhão. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Luís, 2012.

ARAÚJO, Mundinha. **A insurreição escrava em Viana**. São Luís: SIOGE, 1988.

BRASIL, Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6383.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**, Artigo 68. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**, Artigos 215 e 216. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999

BRASIL. **Decreto nº. 4.887/03**, em 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.. Acesso em: 14/12/2020.

BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena Bueno. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. **Ciência e Cultura**, v. 39, n.7. 119-126, 1987.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**; tradução de Maria de Lourdes Menezes: revisão técnica de Arno Vogel. -ed 2. Ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CCN; CONAQ. Ofício Conjunto nº 003/2020. **Informações de municípios com comunidades quilombolas**. São Luís-MA: 2021.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. GEOGRAFIA: CONCEITOS E PARADIGMAS – APONTAMENTOS PRELIMINARES. Campo Mourão, PR: **REVISTA GEOMAE- Geografia**, 2010.

FABIANI, A. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. **Estúdios Históricos**, n. 2, p.1-19, ago. 2009.

FEITOSA, Antônio Cordeiro; **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço geo-histórico e Cultural** / José de Ribamar Trovão. – João Pessoa, PB. ed.Grafset, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, Tempo Presente e História Oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

GRAJAÚ. **Atlas Geográfico**. Grajaú-MA: 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Grajaú (MA). In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15. p. 179-182. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_15.pdf.

IBGE. **Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio>.

Acesso em: 14/05/2020.

INCRA. **REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA: Perguntas & Respostas**. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: 17/08/2021

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas,SP: Unicamp, 1990.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do Quilombo na África. In: **Revista USP**, n. 28, São Paulo, 1996.

MARANHÃO. Lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. In: GONÇALVES, M. de F. da C. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA, PROIN, 2000.

NASCIMENTO Beatriz. A terra é o meu quilombo. 2007. In: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

NETO, Roberval Amaral. **A questão fundiária no Maranhão: Implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970**. Pinheiro: IFMA, 2017.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. (p. 13).

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando mundos: sociedade e navegação fluvial no Vale do Rio Grajaú (1920-1970)**. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As identidades quilombolas contemporâneas**: nuances das experiências do Maranhão. Embornal: revista eletrônica da ANPUH-CE , v. III, p. 1-23, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Rosimary. O rural no sul do Maranhão e a construção de um lugar pelos sertanejos. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 2015, Presidente Prudente-SP. **Anais do XI ENANPEGE**, 2015, p. 1777-1789.

RÖHRIG-ASSUNÇÃO, Matthias. “**Quilombos Maranhenses**”, in REIS, J. J.; GOMES, F. S. (orgs.), **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil, São Paulo: Claro Enigma, 2012, pp.494-533.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006).

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: _____SANTOS, M.; SOUZA, M. A.A de. & Silveira, M.L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Dinheiro e Território**. Universidade São Paulo, 1999.

SAQUET, MARCOS. A. **Abordagens e Concepções Sobre Território**. 1.ed – São Paulo: Expressão popular, 2007. 200p.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

SILVA, R. A. Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX. **Rev. Hist. UEG- Anápolis**, v.3, n.2, p. 30-51, jul./dez. 2014.

SOUSA. José Reinaldo Miranda de. **Quilombos, terras de preto**: identidades em construção. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SWAIN, Tania Navarro. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. **“Uma comarca fora da lei”**: a Guerra do Léda no sertão do Maranhão / Layla Adriana Teixeira Vieira – São Luís, 2015.

ANEXOS

ANEXO A - Certidões de compra e venda


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DO MARANHÃO
 PODER JUDICIÁRIO
 COMARCA DE GRAJAU
 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Bel. Sérgio Augusto Lima Lima
 TABELÃO
Teresinha Limeira Barros
 ESCRIVENTE JURAMENTADA SUBSTITUTA

Manoel Soares Lima Neto
 VITÓRIA DA SILVA MELO
 ESCRIVENTES JURAMENTADOS

CERTIDÃO DE IMÓVEL

CERTIFICO e dou fé, em virtude de pedido verbal de parte interessada, que reverendo o Livro de Registro de Imóveis, nº 3B, dele às fls 40, seguida do registro sob número de ordem 16.06, do teor seguinte. NÚMERO DE ORDEM: 1606- DA TA- 16 de setembro de 1.936. CIRCUNSCRIÇÃO: Grajau- DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO DO IMÓVEL. Uma posse de terras no lugar / BARRA DO SANTO ANTONIO", deste termo. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Uma posse de terras no lugar BARRA DO SANTO ANTONIO", deste termo, não limita. NOME DOMICILIO PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: Dona IGNACIA MARIA DE ARAÚJO, falecida. NOME DOMICILIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: HERCULANO PESSOA DE BARROS, já falecido. TITULO- compra e venda. FORMA DO TITULO DATA E SERVENTUÁRIO- escritura particular, assinada pelo vendedor em 30 de maio de 1.921. VALOR DO CONTRATO- quarenta mil reis (40.000) CONDIÇÕES DO CONTRATO- pagamento à vista. O OFICIAL do Reg. de Imóveis Manoel Soares Limeira. Está conforme original. Dou fé. EU, *Manoel*, TERESINHA LIMEIRA DE BARROS, Escrevente Substituta, o subscrevi e assino.

O referido é verdade e dou fé,
 Grajau-Ma, 16 de março de 2004.

Manoel
 TERESINHA LIMEIRA DE BARROS.
 ESCRIVENTE SUBSTITUTA.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
 Tab. e Escrivão
 Bel. Sérgio Augusto Lima Lima
 Escrevente Substituto
 Teresinha Limeira de Barros
 Escreventes Juramentados
 Manoel Soares Limeira Neto
 Vitória da Silva Melo



[Handwritten Signature]

GERSON RODRIGUES LIMA, Tabelião e Escrivão Vitalício do 1º
fólio, Oficial do Registro de Imóveis e mais anexos, desta comarca
de Grajaú, Estado do Maranhão, etc.

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que re-
vendo o Livro de Registro de Imóveis nº 3-B, existente no arquivo
do meu Cartório, encontrei, na fls. 97, sob nº de ordem 1.921, o
registro seguinte, cujo teor se foi pedido por certidão: Nº DE OR-
DEM: 1.921. - DATA: A 19 de Setembro de 1.938. - CIRCUNSCRIÇÃO: Gra-
jaú. - DENOMINAÇÃO CULTUAL E NÚMERO: Uma praça de terras no lugar
"Santo Antonio" deste termo. - CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: De
barra da Grota do Vão Grande, por este acima até a cabeceira, desta
rumo direito até o Riacho Foca, por este abaixo até o rio Grajaú,
por este acima até o lugar denominado "Elias" onde extrema com o O-
brigado, por este acima ao pontal da cabeça Santa, deste acima até
confrontar com o primeiro ponto que é a barra do Vão Grande. - NOME,
DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: Irmãos Araujo, domiciliados
no lugar Santo Antonio, deste termo, lavradores. - NOME, DOMICÍLIO
E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: Manoel Araujo Chaves e outros, domici-
liados em Caraibas, deste termo, lavradores. - TÍTULO: Convenção. -
FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: Um abaixo assinado, datado de
12 de outubro de 1937, passado pelos contratantes. - VALOR DO CON-
TRATO: Não tem. - O Oficial do Registro de Imóvel, Manoel Soares
Lima. Esta conforme o original. Dou fé. Em *[Handwritten Signature]*
[Handwritten Signature] oficial do registro de imóveis, a fim de tilo-
grafar, conferi, subscreevi e assino. 3.742 HECTÁRES

Grajaú, 16 de novembro de 1.973.

O Oficial.

[Handwritten Signature]
(GERSON RODRIGUES LIMA)

ANEXO B - Reunião de fundação da Associação



Primeira reunião entre moradores e remanescentes urbanizados. Fonte: Acervo da Comunidade. Pesquisa de campo (2021).

ANEXO C - Primeira página do Estatuto

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO QUILOMBO SANTO ANTONIO DOS PRETOS, MUNICÍPIO DE GRAJAU-MA.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE, DURAÇÃO

Artigo 1- A Associação dos moradores do Quilombo Santo Antonio é uma pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, auto-reconhecido como quilombola, que congrega todos os moradores de Santo Antonio dos pretos, com a finalidade de defender e representar os interesses dos associados.

Art. 2 A Associação tem como sede e foro a comunidade de Santo Antonio dos pretos, no município de Grajaú -MA, com o prazo de duração indeterminada.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art.3- A Associação dos moradores do quilombo Santo Antonio dos pretos tem como objetivo principal defender e representar os interesses dos associados.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

Art.4- Poderão ser admitidos como sócios da associação todos os moradores do quilombo Santo Antonio de 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 5- São direitos dos associados:

I- Participar da assembleia geral, inclusive com direito a voz e voto;

II- No caso do inciso anterior, somente os sócios em dia Com suas obrigações poderão votar e ser votados;

III- Incluir matéria de pauta na assembleia geral através de requerimento verbal ou escrito;

IV- Convocar assembleia geral Extraordinária, desde que reunidos em numero igual ou superior a 1/5 (um quinto) dos sócios;

Primeira página do Estatuto da Comunidade. Fonte: Acervo da Comunidade. Pesquisa de campo (2021)

ANEXO D - Produção de farinha



Produção de farinha. Fonte: Acervo da Comunidade. Pesquisa de campo (2021).

ANEXO E - Documentos apresentados por Deusimar

PARÓQUIA N.S. DA CONCEICAO
CSC 08132674/0008-00 DIOCESE DE GRAJAU
65925-000 SÍTIO NOVO - GRAJAU - MA

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIDÃO QUE REVENHO OS LIVROS DE CASAMENTO DESTA PARÓQUIA ENCONTREI O DE:

NOIVO --> **DEUSIMAR BARROS DE ARAUJO**
Filiação --> FILIOLES PAULO DE ARAUJO // MARIA RAIMUNDA BARROS
Nascimento em --> 26 DE DEZEMBRO DE 1962/SANTO ANTONIO DOS PRETOS (SÍTIO NOVO-MA)
Idade --> 31 ANOS
Batismo em --> SANTO ANTONIO DOS PRETOS (SÍTIO NOVO-MA)
Residência --> SANTO ANTONIO DOS PRETOS (SÍTIO NOVO-MA)
Noiva --> **MARIA DO ROSARIO RODRIGUES DOS SANTOS**
Filiação --> JUAU ALBERTO RODRIGUES DOS SANTOS/ALMEIDA RODRIGUES SANTOS
Nascimento em --> 25 DE MAIO DE 1972 / FORTALEZA (GRAJAU -MA)
Idade --> 22 ANOS
Batismo em --> FORTALEZA (GRAJAU -MA)
Residência --> SANTO ANTONIO DOS PRETOS (SÍTIO NOVO-MA)
Testemunha --> JOSE MIRANDA DA SILVA
Testemunha --> IVANILDE MARLINS DOS SANTOS
Dat./Lup/H. --> 20 DE ABRIL DE 1994 / 5AL10-540 BENTO / 07:00 HS
L / F / N. --> 120/140-567
Celebrante --> PE. BRUNO BORTOLASSO
Cas. Civil --> GRAJAU-MA 76.11.92 N.6947 F.47 L.37
Observ. -->

Sítio Novo-MA, 20/08/94
26. AUV. FUNDACAO DA PAROQUIA

Pe. Bruno Bortolasso
Paroco

DECLARAÇÃO DO ITR
DIAC / DIAT
EXERCÍCIO 1997

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
IMPOSTO SOBRE A
PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

01 - ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO
Este formulário não deve ser utilizado por proprietários de imóveis, sujeitos ao preenchimento do DIAT, de área igual ou superior a 1.000 ha, na Amazônia Ocidental ou na Pantanal; a 500 ha, na Amazônia Oriental ou no Polígono das Secas; a 200 ha, em qualquer outro município. Para estes proprietários, é obrigatório o uso do seguinte programa. Em caso de dúvida, consulte o Manual de Preenchimento.

02 - DECLARAÇÃO RETIFICADORA
Esta declaração tem por finalidade retificar erros, relativos ao exercício de 1997, entregues anteriormente.

DIAC - Documento de Informação e Atualização Cadastral

03 - DADOS DO IMÓVEL
03.1 - DADOS DO IMÓVEL
03.2 - DADOS DO IMÓVEL
03.3 - DADOS DO IMÓVEL
03.4 - DADOS DO IMÓVEL
03.5 - DADOS DO IMÓVEL
03.6 - DADOS DO IMÓVEL
03.7 - DADOS DO IMÓVEL
03.8 - DADOS DO IMÓVEL
03.9 - DADOS DO IMÓVEL
03.10 - DADOS DO IMÓVEL

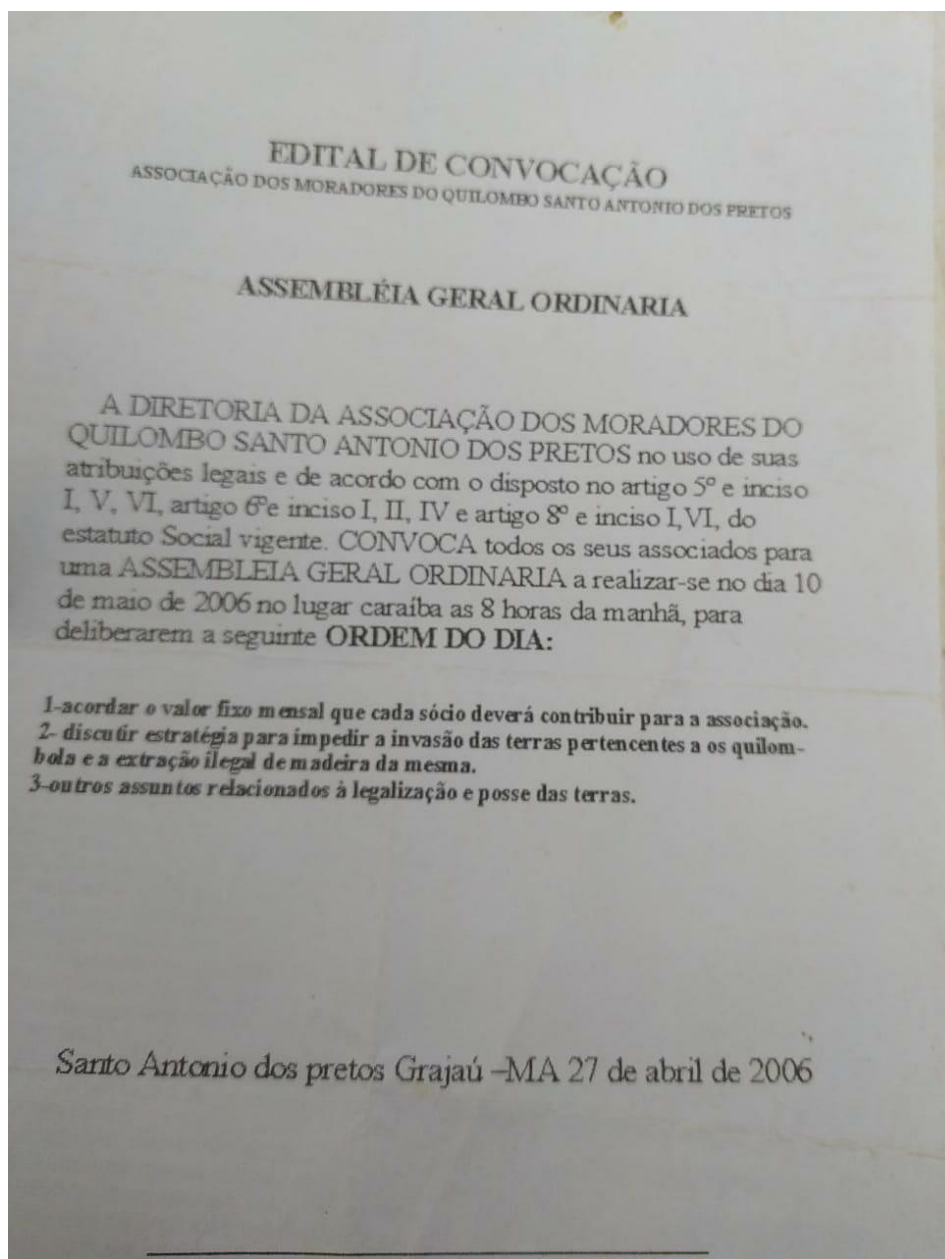
04 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
04.1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
04.2 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
04.3 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
04.4 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
04.5 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
04.6 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
04.7 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
04.8 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
04.9 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
04.10 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

05 - CONDOMÍNIOS (caso existente)
05.1 - CONDOMÍNIOS (caso existente)
05.2 - CONDOMÍNIOS (caso existente)
05.3 - CONDOMÍNIOS (caso existente)
05.4 - CONDOMÍNIOS (caso existente)
05.5 - CONDOMÍNIOS (caso existente)
05.6 - CONDOMÍNIOS (caso existente)
05.7 - CONDOMÍNIOS (caso existente)
05.8 - CONDOMÍNIOS (caso existente)
05.9 - CONDOMÍNIOS (caso existente)
05.10 - CONDOMÍNIOS (caso existente)

06 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR
06.1 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR
06.2 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR
06.3 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR
06.4 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR
06.5 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR
06.6 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR
06.7 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR
06.8 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR
06.9 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR
06.10 - IMÓVEL IMUNE OU ISENTO DO ITR

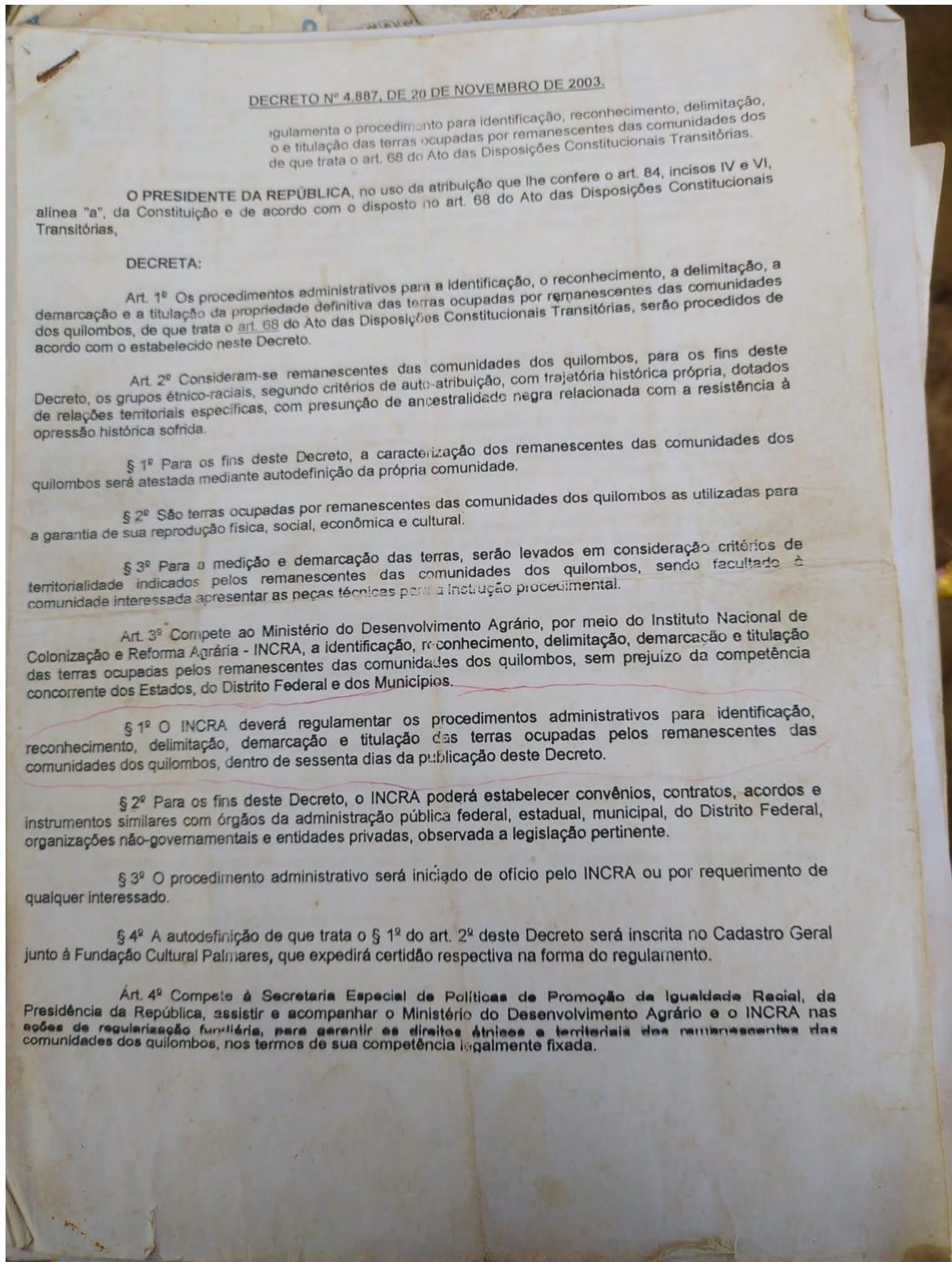
Certidão de Casamento de Deusimar e Maria do Rosário e Declaração do ITR da localidade Barra do Santo Antônio . Fonte: Arquivo pessoal de Deusimar Barros de Araújo. Pesquisa de campo (2021).

ANEXO F - Convocatória de reunião mensal



Convocatória de Reunião mensal. Fonte: Arquivo pessoal de Deusimar Barros de Araújo. Pesquisa de campo (2021).

ANEXO G - Cópia do decreto 4.887



Cópia do Decreto 4.887. Fonte: Arquivo pessoal de Deusimar Barros de Araújo. Pesquisa de campo (2021).

APÊNDICES

APÊNDICE A - Registro da conversa informal com José Maria e Sofia



Registro da conversa informal com José Maria e Sofia. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo. Pesquisa de campo (2021).

APÊNDICE B - Local onde estão sendo construídos a escola e o posto de saúde



Local onde estão construindo a escola e o posto de saúde. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo. Pesquisa de campo (2021).

APÊNDICE C - Ladeira da Ponta Vermelha e estrada para o Cemitério e Fazendas



Ladeira da Ponta Vermelha e Estrada para o Cemitério e Fazendas. Fonte: ARAÚJO, K D. S. Pesquisa de campo. Pesquisa de campo (2021).

